
Regimento Interno do Curso
de Pedagogia IEGRS
1970
UERJ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SILVEIRA

nº 2

anexo ao Parecer 210/69

2º Regimento
(referido no Parecer 210/70)

REGIMENTO INTERNO DO CURSO DE PEDAGOGIA

1975

I.E.G.R.S.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA"

C U R S O D E P E D A G O G I A

R E G I M E N T O

TITULO I

DO CURSO: SUA SEDE E SEUS FINS

Art. 1º - O Curso de Pedagogia do Instituto de Educação "Governador Roberto Silveira", criado e mantido pelo Govêrno do Estado do Rio de Janeiro, através do Decreto nº 8.272, de 12 de / junho de 1962, tando as seguintes finalidades:

a - funcionar como unidade isolada, nas instalações do Instituto de Educação "Governador Roberto Silveira", localizado na Rua General Mitre nº 300 - Jardim 25 de agôsto, Municipio/ de Duque de Caxias (RJ).

b - preparar trabalhos intelectuais e pesquisadores pedagógicos;

c - graduar professôres em pedagogia, preparar candidatos ao magistério superior e formar especialistas de orientação, administração, supervisão e inspeção e planejamento educacionais;

d - realizar pesquisas e experiências educacionais.

Art. 2º - O Curso de Pedagogia articular-se-á com as demais unidades de ensino do Instituto de Educação "Governador Roberto Silveira", e com instituições de ensino superior ou / de natureza cultural, nacionais estrangeiras, em busca de colaboração necessária à consecução de seus objetivos.

TITULO II

DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

CAPITULO I - DA CONSTITUIÇÃO

Art. 3º - O Curso de Pedagogia ministrará:

a - curso de graduação em pedagogia;
b - cursos de especialização, aperfeiçoamento, atualização e treinamento;
c - cursos de extensão.

Art.4º - O curso de graduação em nível superior, na forma da legislação vigente, destina-se ao preparo de professôres para o ensino normal, aberto à matrícula de candidatos que hajam concluídos o curso normal ou equivalente e obtido classificação em concurso de habilitação.

Art. 5º - Os cursos de especialização, aperfeiçoamento, atualização e treinamento, serão abertos à matrícula de candidatos que preencherem os requisitos exigidos em cada caso.

PARAGRAFO UNICO - Êsses cursos terão sua organização, duração e programas proposto pelo Departamento da especialidade do Conselho Departamental que autorizará a sua realização, ouvido o Diretor.

Art. 6º - Os cursos de extensão universitária, de duração mínima de 1.100 horas/aulas, visam atender aos alunos diplomados pela instituição ou por outra, também, de nível superior, oferecendo-lhes oportunidade de participação em programas de divulgação científica e cultural mais especializados.

Art. 7º - O plano, o programa, as exigências para matrícula, e os nomes dos professôres encarregados da realização dos cursos de extensão serão selecionados pelo Departamento respectivo e submetidos à aprovação do Conselho Departamental e do Diretor do Instituto.

PARAGRAFO UNICO - para a realização dos cursos dêste artigo poderão ser convidados professôres e técnicos de outras instituições de comprovada idoneidade profissional.

CAPITULO II - DA ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS

Art. 8º - O curso de pedagogia, com duração de 4 (quatro) anos, em um mínimo de 2.200 horas/aula, compõe das seguintes matérias:

- Sociologia Geral
- Psicologia Geral
- Introdução a Filosofia
- Cultura Brasileira
- Português
- História da Educação
- Sociologia Educacional

- Psicologia Educacional
- Didática Geral
- Filosofia da Educação
- Metodologia de Ensino - 1º grau
- Matemática
- Estatística
- Prática de Ensino 1º grau (estagio)
- Prática de Ensino 2º grau
- Estrutura do Ensino de 1º e 2º graus e Administração Escolar.
- Higiene e Puericultura

Art. 9º - O Instituto de Educação "Governador Roberto Silveira", funcionará como Colégio de Aplicação do Curso de Pedagogia e/ dos cursos de extensão, especialização, aperfeiçoamento, / atualização e treinamento.

TÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

CAPITULO I - DOS ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 10º- A administração do Curso de Pedagogia será exercida:

a) pelo Diretor.
b) pelo Conselho Departamental
c) pela Congregação

CAPITULO II - DA DIREÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA

Art. 11º- O Curso de Pedagogia será dirigido pelo Diretor do Instituto de Educação "Governador Roberto Silveira", podendo ser acessorado por um coordenador com as habilitações necessárias e de comprovada idoneidade moral, escolhido por êle / dentre uma lista tríplice elaborada pela Congregação.

Art. 12º- A destituição do Coordenador, cintado no artigo anterior,/ poderá ser proppsta pela Comgregação.

Art. 13º- Compete ao Diretor:

a) Exercer a diretoria e administrar o curso, respeitadas/ as competências dos Departamentos e da Congregação;
b) convocar e presidir as reuniões da Congregação e do Conselho Departamental;
c) Representar o Curso interna e externamente;

d) Zelar pela manutenção da ordem e da disciplina, no âmbito de suas atribuições;
e) exercer o direito de veto das decisões da Congregação e / do Conselho Departamental;
f) elaborar e controlar o horário, a frequência e o trabalho dos docentes e discentes do curso;
g) responder pelo material e bens sob sua guarda;
h) conferir grau e assinar diplomas e certificados;
i) elaborar o relatório anuel das atividades do Curso;
j) executar e fazer executar as decisões da Congregação e do Conselho Departamental;
l) distribuir os servidores de acôrdo com as necessidades do serviço, organizando e controlando seu trabalho;
m) designar comissão ou grupo de trabalho para proceder a / inquérito disciplinar e decidir sôbre penalidades, no âmbito do Curso;
n) encaminhar ao órgão competente, proposta de admissão, / dispensa e afastamento do pessoal administrativo e professôres, neste caso, ouvido o Departamento respectivo;
o) aprovar o estatuto do Diretório Acadêmico ou sua reforma ou sua alteração, auvida a Congregação;
p) assinar a correspondência oficial, têrmos e despachos em nome do Curso;
q) aprovar a prestação de contas do Diretório;
r) organizar o calendário escolar;

PARAGRAFO 1º - O Vice Diretor, substitue o Diretor nos seus impedimentos e faltas.-

PARAGRAFO 2º - Compete ao Coordenador do Curso: são atribuídas ao Coordenador todas as atribuições do Diretor, com exceção / das previstas nas alíneas: a, b, e, h, m, n, o, p e q.

CAPITULO III - DO CONSELHO DEPARTAMENTAL

Art. 14º- O Conselho Departamental, órgão consultivo da Diretoria para o estudo e solução de questões pedagógicas e administrativas do Curso, é constituído, sob a presidência do Diretor, pelos chefes dos Departamentos, pelo representante do corpo docente do Curso Normal e por um representante do corpo discente, / com direito a voz e voto.

Art. 15º - Cada Departamento é chefiado por um professor eleito, / anualmente, no mês de março, pelo docentes em exercício/ nas disciplinas nêle reunidos.

PARAGRAFO UNICO - Constituem o Departamento todos os docentes em / exercício nas disciplinas que compõem, mais um representante do corpo discente.

Art. 16º - O Conselho Departamental reunir-se-á, ordinàriamente duas vêzes por semestre e, extraordinàriamente, sempre que convocado pelo Diretor.

§1º- para o funcionamento do Conselho Departamental será necessária a presença de mais da metade de seus membros.

§2º- a representação discente no Conselho Departamental poderá fazer-se acompanhar de outro aluno, sem direito a voto, / sempre que se tratar de interêsse de determinado curso ou Departamento.

§3º- a votação será secreta quando se tratar de casos pessoais de docentes ou quando o requerer qualquer membro do Conselho.

§4º- O Diretor, com o presidente do Conselho, terá voto de desempate.

§5º- O Secretário do Curso lavrará, em livro próprio, a ata / das reuniões, que será devidamente assinada por todos os / presentes.

Art. 17º - Todos os membros do Conselho Departamental terão direito a voto.

Art. 18º - Compete ao Conselho Departamental:

1 - funcionar como órgão consultivo da Diretoria;
2 - submeter aos órgãos competentes proposta de alteração ou modificação de ordem administrativa e pedagógica do Curso
3 - propor a realização de cursos de especialização, treinamento, aperfeiçoamento, etc.
4 - promover o entrosamento entre os Departamentos.
5 - emitir parecer sôbre assunto técnico que deva ser encaminhado à apreciação da Congregação, ou por solicitação desta bem como opinar sôbre a organização do Centro de Estudos.
6 - coordenar os programas de ensino e pesquisa.
7 - estudar os casos de pedidos de transferência de alunos, procedentes de outras escolas congêneres, propondo as // adaptações dos mesmos ao Curso, de acôrdo com os critérios estabelecidos pela Portaria nº 10, de 16.8.1963, do Conselho Federal de Educação.

8 - estudar e propor à Congregação, o currículo de cada curso a fim de ser colocado em prática.

9 - opinar sôbre os requisitos a serem exigidos dos candidatos aos cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e quaisquer outros.

10 - aprovar o calendário escolar anual.

11 - elaborar anualmente, o programa do exame de habilitação ao Curso, atendendo à legislação em vigor.

CAPÍTULO IV - DOS DEPARTAMENTOS

Art. 19º - Os Departamentos serão constituídos por disciplinas afins com o objetivo de promover maior entrosamento do ensino, / agrupamento do material didático, estudos e pesquisas interrelacionadas.

Art. 20º - Cada Departamento terá um chefe, eleito conforme o que / preceitua o art. 15º dêste Regimento.

Art. 21º - São membros do Departamento os professôres das disciplinas que o compõem, mais um representante do corpo discente com direito a voz e voto.

Art. 22º - Funcionarão os seguintes Departamentos:

1 - DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
   a) Filosofia da Educação
   b) Introdução a Filosofia
   c) História da Educação
   d) Sociologia Geral e Educacional
   e) Cultura Brasileira

2 - DEPARTAMENTOS DE MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO
   a) Didática Geral
   b) Metodologia
   c) Prática de Ensino do 1º e 2º graus e estágios supervisionados.
   d) Português

3 - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
   a) Psicologia Geral
   b) Psicologia da Educação

4 - DEPARTAMENTO DAS CIÊNCIAS AUXILIARES DA EDUCAÇÃO
   a) Higiene e Puericultura
   b) Complementos de Matemática
   c) Estatística

5 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
   a) Estrutura e funcionamento do Ensino do 1º e 2º grau
   b) Administração Escolar

Art. 23º - Compete a cada Departamento:

a) elaborar seus planos de trabalho, atribuindo encargos de ensino aos docentes, segundo as especializações.
b) ser órgão de coordenação pedagógica, sistematizando e estimulando a pesquisa das disciplinas que integram.
c) controlar a execução dos programas, propiciando os meios necessários;
d) sugerir providências de ordem didática;
e) propor a criação, ampliação, modificação ou extinção de disciplinas;
f) propor, ao Diretor admissão ou afastamento de docentes;
g) elaborar o regulamento que tratará de sua organização, finalidades, composição e direção;

PARAGRAFO UNICO - O regulamento de que trata êsse artigo deverá ser submetido à aprovação da Diretoria.

h) indicar ao Conselho Departamental, quando solicitado, nomes de professôres para compor bancas examinadoras.

CAPITULO V - DA CONGREGAÇÃO

Art.24º - A Congregação, órgão superior de deliberação administrativa tendo como presidente o Diretor, compõe-se de:
a) professôres em exercício;
b) chefes de Departamentos;
c) Coordenador do Curso de Pedagogia, se for caso;
d) três representantes do corpo discente, resalvado o limite legal, escolhidos pelos alunos, em eleição anual.

Art.25º - São atribuições da Congregação.
1- deliberar sôbre assuntos administrativos e disciplinares do Curso;
2- deliberar sôbre a realização dos cursos de especialização / extensão, treinamento, etc.
3- elaborar, em escrutínios secretos, a lista de nomes a ser / apresentada ao Diretor do Instituto, para nomeação do Coordenador do Curso de Pedagogia, se fôr o caso.
4- deliberar sôbre a concessão de prêmios e dignidades escolares.
5- tomar conhecimento do relatório anual da Diretoria sôbre o funcionamento e as atividades do Curso.
6- apresentar solução para os casos omissos nêste Regimento e as dúvidas que surgirem de sua aplicação.
7- deliberar, em grau de recurso, todos os casos de sua competência.

§ 1º - As apresentações ou recursos terão pronunciamento da Congregação no prazo máximo de 30 dias.

§ 2º - As decisões da Congregação que constituem normas complementares

os devidos fins.

Art. 26º - A Congregação, presidida pelo Diretor, reunir-se-á, ordinàriamente, duas vêzes por ano - primeiros dias de março e primeira quinzena de dezembro - e, extraordinàriamente, sempre que convocada pelo Diretor.

§ 1º - A convocação dos professôres será feita por escrito, com antecedência mínima de 48 aulas, salvo urgência manifesta, e dela constará a matéria da ordem do dia.

§ 2º - A Congregação deliberará validamente quando reunir a maioria absoluta de seus membros.

Art. 27º - As deliberações da Congregação serão tomadas por maioria de votos dos presentes.

§ 1º - As votações far-se-ão por escrutínio secreto, nominalmente ou por aclamação.

§ 2º - A votação será secreta quando se tratar de caso pessoal de docente e sempre que fôr requerida por qualquer participante.

§ 3º - Nenhum membro da Congregação poderá votar assuntos de seu particular interêsse.

§ 4º - O Diretor terá o voto de desempate.

Art. 28º - Além das ordinárias e extraordinárias, a Congregação terá sessões solenes, que serão públicas e realizadas com qualquer número.

Art. 29º - De tôdas as ocorrências das sessões da Congregação, lavrar-se-ão atas que deverão ser lidas e submetidas à aprovação na sessão seguinte.

TITULO VI

DO CORPO DOCENTE

Art. 30º - O pessoal docente de nível superior classificar-se-á pelas seguintes categorias:

a) Professor titular

b) Professôres assistentes

PARAGRAFO ÚNICO - A distribuição do pessoal docente para as atividades de ensino e de pesquisa será feita pelos Departamentos, ouvido o Diretor.

Art. 31º - A admissão de professôres assistentes será feita de comum acôrdo entre o Diretor e o Departamento respectivo, pelo prazo de um ano, podendo ser renovada, conforme a legislação em vigor.

CAPITULO II

DOS DEVERES E ATRIBUIÇÕES

Art. 32º - Os deveres e atribuições do pessoal docente são os previstos na legislação vigente, incluindo-se, entre outros, os seguintes:

1 - Orientar, dirigir e executar o ensino de sua disciplina, / de acôrdo com o melhor critério didático e ético, e a orientação do Departamento a que pertencer.
2 - Observar o regime escolar.
3 - submeter os alunos aos trabalhos escolares previstos no programas do Departamento e nêste Regimento.
4 - Verificar a freqüências dos alunos às aulas.
5 - Fornecer à secretaria, quando solicitados, as notas de trabalhos escolares, provas e exames, a frequência dos alunos e a matéria lecionada.
6 - Participar das reuniões dos órgãos colegiados do Curso, / quando a êles pertencer e fôr convocado.
7 - Participar de bancas examinadoras e de comissões para que fôr designado.
8 - manter estrito entendimento com os alunos, notando-lhes as deficiências e procurando saná-las.
9 - estimular e realizar estudos, exercícios práticos, seminários e pesquisa que concorram para o desenvolvimento dos / alunos e para o progresso científico cultural.
10 - lançar no Diário de Classe o assunto lecionado em cada aula.
11 - organizar os programas de ensino da disciplina que leciona apresentando-o até 20 de fevereiro de cada ano.

CAPITULO III

DAS PENALIDADES

Art. 33º - Os membros do corpo docente estão sujeitos ao regime disciplinar estabelecido na legislação vigente, observadas, também, as normas contidas nêste Regimento.

Art. 34º - O professor será passível de sansão quando, sem motivo justificado, deixar de cumprir $\frac{2}{3}$ do programa ou horário de trabalho que estiverem a seu cargo e deixar de comparecer a duas sessões consecutivas de três alternadas, da congregação e do Departamento respectivamente.

Art. 35º - Das penalidades impostas pelo Diretor caberá recurso para o Conselho Departamental e deste para a Congregação.

TÍTULO VII

DO REGIME ESCOLAR

CAPÍTULO I - DO ANO LETIVO

Art. 36º - O Ano letivo terá a duração de, no mínimo, 18 (cento e dezoito) dias de trabalho escolar efetivo, excluído o tempo reservado a provas e exames e férias.

§ 1º - O calendário escolar será anualmente aprovado pelo Conselho Departamental.

§ 2º - O Curso será ministrado em horário noturno.

CAPÍTULO II

DA ADMISSÃO DE ALUNOS

Art. 37º - A seleção de candidatos ao ingresso no Curso far-se-á através de concurso de habilitação.

Art. 38º - O Concurso de Habilitação deverá ser realizado no princípio de cada ano, em data a ser fixada pelo Conselho Departamental.

PARÁGRAFO ÚNICO - qualquer alteração na data de realização do vestibular deverá ser divulgada com, no mínimo, seis meses de antecedência.

Art. 39º - Do Edital do vestibular deverá constar o número de vagas e as matérias.

Art. 40º - Para inscrição no Concurso de Habilitação o candidato deverá apresentar:

1- requerimento dirigido ao Diretor;
2- cópia da prova de identidade;
3- comprovante de pagamento da taxa de inscrição;

CAPÍTULO III

DA MATRÍCULA E DA TRANSFERÊNCIA

Art. 41º - A matrícula na primeira série do Curso de Pedagogia será permitida aos candidatos classificados no Concurso de Habilitação, mediante a apresentação dos seguintes documentos ou suas respectivas cópias autenticadas:

1- Certidão de nascimento;
2- Carteira de Identidade;
3- Título de eleitor;
4- Prova Modelo 16 e 19; ou documentos que substituam
5- Atestado de sanidade física ou mental expedido por entidade oficial
6- [illegible] 2 x 4

7- certificado de Reservista, (só do sexo masculino)
8- recibo de pagamento da anuidade escolar;

Art. 42º - O Concurso de Habilitação para o Curso será classificatório.

Art. 43º - Quando o número de candidatos classificados no vestibular não preencher o número de vagas fixadas no edital, poderá ser realizado novo vestibular, logo em seguida.

PARÁGRAFO ÚNICO - Após o segundo vestibular, as vagas ainda existentes, poderão ser preenchidas por portadores de Diplomas Universitários, devidamente registrado, mediante parecer do Conselho Departamental.

Art. 44º - Não será classificado o candidato que obtiver nota zero em qualquer prova no exame de vestibular.

Art. 45º - Os candidatos serão classificados em ordem decrescente, de acôrdo com as médias obtidas nas diversas provas.

Art. 46º - Serão matriculados na 1ª série do curso, sòmente os candidatos classificados dentro dos limites das vagas existentes.

Art. 47º - O Conselho Departamental, fixará, anualmente, o programa do vestibular, atendendo a legislação em vigor.

Art. 48º - Os alunos aprovados em tôdas as matérias de uma série, poderão requerer a sua matrícula na série imediatamente superior.

Art. 49º - Para a matrícula na série a que tenha sido promovido, o aluno deverá apresentar:
1- requerimento ao Diretor
2- recibo de pagamento da anuidade escolar

Art. 50º - O aluno reprovado até em duas cadeiras, poderá matricular-se na série imediata, cursando, na série anterior, as cadeiras em dependência.

PARÁGRAFO ÚNICO - A promoção e graduação do aluno beneficiado por êste artigo, ficarão condicionadas à aprovação nas cadeiras em dependência.

Art. 51º - Poderão matricular-se no Curso de Pedagogia, alunos portadores de outros diplomas de Licenciatura, mediante complementação de estudos que alcancem o mínimo de mil e cem (1.100)horas/aula ouvido o Conselho Departamental.

Art. 52º - Serão aceitas transferências de alunos de estabelecimentos congêneres nacional ou estrangeiro no período normal de matrícula, se houver vaga.

PARÁGRAFO ÚNICO - As restrições de épocas, vagas e série não serão aplicadas ao estudante militar ou funcionário público, em serviço, e seus dependentes, de acôrdo com a legislação vigente.

Art. 53º - Os pedidos de transferência serão submetidos à apreciação do Departamento respectivo ao ainda, conforme os critérios estabelecidos pelo Regimento [illegible] do Conselho [illegible]

Art. 54º - Dos alunos transferidos serão exigidos os seguintes documentos:
1- Guia de transferência;
2- Histórico escolar;
3- Certificado de conclusão do ciclo colegial ou equivalente;
4- Atestado de idoneidade moral;
5- Atestado de sanidade física e mental.

Art. 55º - Dos candidatos à matrícula nos cursos de extensão, especialização, aperfeiçoamento, atualização e treinamento, exigir-se-ão os requisitos necessários, de acôrdo com a natureza do curso, obedecendo a legislação vigente e as normas do Conselho Departamental.

CAPITULO IV - DO SISTEMA DE ENSINO

Art. 56º - O ensino das disciplinas será ministrado em aulas teóricas e práticas, ou através de outros procedimentos didáticos.

Art. 57º - A frequência à aulas e aos demais trabalhos escolares será registrada no Diário de classe pelo professor, no mesmo dia em que se realizar a atividade.

Art. 58º - É obrigatória a frequência às aulas e só será permitida aos alunos matriculados.

Art. 59º - Os alunos que não obtiverem 75% de freqüência nas aulas ou trabalhos de uma matéria, ficarão impedidos de prestar exames finais em 1ª época, podendo faze-lo em 2ª época desde que a freqüência seja igual ou superior a 50%.

Art. 60º - As disciplinas comuns a mais de uma especialidade serão ministradas em conjunto.

CAPITULO V

DA AVALIAÇÃO DO APROVEITAMENTO ESCOLAR

Art. 61º - Observadas as peculiaridades de cada disciplina serão considerados trabalhos escolares:

1- Provas escritas;
2- Estágios práticos ou teóricos;
3- Relatórios de aulas práticas, viagens, excursões, conferências, simpósios;
4- Arguições e debates;
5- Elaboração de projetos;
6- Pesquisas em geral;
7- Ensaios;
8- Críticas bibliográficas;

PARAGRAFO UNICO - Os trabalhos escolares serão realizados sem prejuizos das aulas.

Art. 62º- Durante o ano letivo serão realizados, obrigatóriamente, quatro trabalhos escolares, duas em cada período semestral.

PARAGRAFO UNICO - Os professôres poderão estabelecer outros trabalhos escolares, de acôrdo com a natureza de cada disciplina.

CAPITULO VI DAS NOTAS DE APROVEITAMENTO

Art. 63º- Em cada semestre serão atribuidas a cada aluno, por disciplina duas notas de aproveitamento, no mínimo graduadas de zero a dez.

PARAGRAFO UNICO - Entende-se por nota de aproveitamento a média aritimetica das notas atribuidas aos trabalhos escolares.

CAPITULO VII - DOS EXAMES FINAIS

Art. 64º- Para tôdas as disciplinas haverá duas épocas de exames finais, em dezembro e em fevereiro.

PARAGRAFO UNICO - O exame final versará sôbre toda a matéria lecionada durante o ano letivo e compreenderá uma prova escrita.

Art. 65º- A nota final variará de zero a dez e será igual a média aritimetica das notas do exame final e a média dos trabalhos escolares.

CAPITULO VIII - DA APROVAÇÃO

Art. 66º- O aluno que obtiver média igual ou superior a sete nos trabalhos escolares, será considerado aprovado por média e dispensado da prestação de exame final.

Art. 67º- Só poderá realizar o exame final em 1ª época o aluno que obtiver média mínima três nos trabalhos escolares.

PARAGRAFO UNICO - Os alunos que obtiverem média, nas provas de aproveitamento, inferior a três e superior a zero, prestarão exame final em 2ª época.

Art. 68º- Será considerado reprovado na matéria o aluno que obtiver média zero nos trabalhos escolares.

Art. 69º- Será considerado aprovado o aluno que obtiver a média final igual ou superior a cinco, por matéria.

§ 1º - O aluno que obtiver média final inferior a cinco, prestará novo exame de 2ª época.

§ 2º - Será considerado aprovado o aluno que obtiver média cinco como resultado da média aritimética das notas dos trabalhos escolares, após o exame de 2ª época.

Art. 70º - O aluno reprovado em duas disciplinas, poderá matricular-se na série seguinte como dependente da anterior.

§ 1º - O aluno dependente que fôr reprovado pela segunda vez na disciplina de que depende, ou num conjunto de disciplinas, será excluído do curso.

§ 2º - Será recusada nova matrícula ao aluno reprovado em disciplina que ultrapassam, quanto às horas prescritas de trabalho, $\frac{1}{10}$ de curso completo.

CAPITULO IX

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Art. 71º - As provas e exames serão realizados perante o professor da disciplina, que terá total autonomia didática na sua preparação e execução.

Art. 72º - O horário de provas e exames será prganizado pelo Diretor, ouvidas as partes interessadas, e será afixado em lugar próprio para conhecimento dos alunos, com antecedência mínima de 48 horas.

Art. 73º - É lícito ao aluno pedir revisão do julgamento dos exames finais no prazo máximo de oito dias após a publicação do resultado.

Art. 74º - O aluno que pretender a revisão, depois de lida sua prova na presença do secretário do Curso, fará petição ao Diretor.

§ 1º - Deferida a petição, será a prova encaminhada ao professor da disciplina, para que confirme ou modifique o julgamento.

§ 2º - Da decisão do professor, caberá recurso, dentro de 48 horas, para o Conselho Departamental, cuja decisão, proferida no prazo de 10 dias, será irrecorrível.

CAPITULO X

DOS DIPLOMAS E DA COLAÇÃO DE GRAU

Art. 75º - Aos alunos que concluirem o curso de graduação será conferido diploma correspondente.

Art. 76º - Os alunos que concluirem cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão, atualização e treinamento, farão jus ao respectivo certificado, quando satisfeitas as condições estabelecidas.

Art. 77º - Os diplomas e certificados expedidos pelo Curso, serão registrados em livro próprio.

Art. 78º - A colação de grau obedecerá às normas fixadas pelo Diretor.

CAPITULO XI - DA REVALIDAÇÃO DOS DIPLOMAS

Art. 79º - A revalidação do diploma concedido por entidade estrangeira será requerida ao Diretor, mediante os documentos próprios.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os documentos em língua estrangeira serão acompanhados da versão em língua portuguêsa, feita por tradutor público juramentado.

TÍTULO VIII

DO CORPO DISCENTE

CAPITULO I - DA CONSTITUIÇÃO - DIREITOS E DEVERES

Art. 80º - Constitue o corpo discente do Curso de Pedagogia todos os alunos regularmente matriculados.

Art. 81º - Serão excluídos os alunos que:

1- solicitarem sua exclusão por escrito
2- forem reprovados segundo o art. 68º
3- fôr considerado culpado em processo disciplinar, no qual lhe fôr assegurado o direito de defesa.

Art. 82º - É assegurado ao Corpo Discente o direito de representação na Congregação, no Conselho Departamental e nos Departamentos.

Art. 83º - É assegurado ao Corpo Discente ter um órgão representativo da classe, isto é Diretório Acadêmico.

§ 1º- O Diretório Acadêmico será dirigido por um presidente eleito por um ano.

§ 2º- As eleições deverão ser realizadas no mês de março de cada ano.

Art. 84º - Os estatutos e suas alterações do Diretório Acadêmico deverão ser aprovados pelo Diretor.

TITULO IX

DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

CAPITULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 85º - Os serviços administrativos do Curso serão executados, de acôrdo com o disposto nêste Regimento, por uma secretaria diretamente subordinada ao Diretor.

Art. 86º - O pessoal administrativo compreende os servidores estatut
efetivos e contratados.

Art. 87º - Caberá ao Diretor distribuir os servidores administrativos
nos vários serviços.

Art. 88º - Aplicam-se ao pessoal administrativo as disposições cont
nos Estatutos dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

CAPÍTULO II - DA SECRETARIA

Art. 89º - O cargo de Secretário do Curso de Pedagogia será exercida
preferência, por funcionário portador de certificado de
tario expedido por entidade oficial ou especializada, reg
da.

Art. 90º - O Secretário, como auxiliar imediato do Diretor, será o ch
da Secretaria, competindo-lhe:

1- convocar a Congregação e o Conselho Departamental, de
do Diretor, e comparecer às suas sessões, lavrando as
pectivas atas, serviços êstes que têm preferência sôbr
quaisquer outros.

2- dirigir e fiscalizar aos serviços dos funcionários adm
trativos.

3- encarregar-se da correspondência que não fôr da exclus
competência do Diretor, redigindo e expedindo todas as

4- informar os documentos e processos destinados ao estud
despachos do Diretor, do Conselho Departamental ou da
gação.

5- assinar com o Diretor os diplomas expedidos pelo Curso

6- redigir, assinar e afixar ou publicar os editais e avi

7- cumprir e fazer cumprir ordens expedidas pelo Diretor.

8- exercer as demais atribuições que forem conferidas pel
reter.

9- guardar os livros sob sua responsabilidades.

PARAGRAFO ÚNICO - Nas suas faltas e impedimentos o Secretário será s
tituído por servidor para êste fim designado.

Art. 91º - A Secretaria do Curso funcionará todos os dias úteis, de
de com o calendário em vigor, e dentro do horário organiz
pelo Diretor.

§ 1º - Havendo urgência, acumulo ou atraso de serviço, os
rários em vigor poderão ser prorrogados por deliber
do Diretor ou do Secretário.

§ 2º - A secretaria permanecerá aberta, funcionando em [illegible] serviços normalmente, ou em regime de plantão [illegible] se realizarem aulas, provas, exames, concursos ou [illegible] sões da Congregação ou do Conselho Departamental.

Art. 92º - Compreenderá a Secretaria os seguintes serviços a ela [illegible] dinados:

1- serviço de expediente e arquivo
2- serviço de ensino e material didático
3- serviço de biblioteca
4- portaria do curso.

§ 1º - A organização e o funcionamento dos serviços a que [illegible] refere êste artigo, e de outros que vierem a ser [illegible] serão regulamentados por portarias baixadas pelo D[illegible] observados os dispositivos regimentais.

TITULO X

DAS LICENÇAS E FALTAS

Art. 93º - As licenças e faltas dos professôres e funcionários serão [illegible] cassadas e concedidas na forma da legislação em vigor.

TITULO XI

DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 94º - Cabe à Diretoria a responsabilidade de manter no Curso a [illegible] observância dos preceitos nêste Regimento.

PARAGRAFO UNICO - Incumbe a todos os membros dos corpos docente e dis[illegible] assim como no pessoal administrativo, concorrer para o resp[illegible] a disciplina e a cordialidade nas dependências do Curso.

Art. 95º - Os atos que se desviarem das normas regimentais serão passí[illegible] de penalidades, aplicadas pelo Diretor.

Art. 96º - Os membros do corpo docente e o pessoal administrativo, por [illegible] tivo de infração dos deveres funcionais ficam sujeitos às pe[illegible] lidades previstas na legislação vigente.

Art. 97º - Na aplicação das penas disciplinares serão consideradas a na[illegible] reza e gravidade da infração e os danos que dela provierem p[illegible] o serviço público e para as atividades de ensino.

TITULO XII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 98º - O Curso de Pedagogia promoverá os meios de articulação entre [illegible] ensino médio e superior através do Curso Normal do Instituto de Educação "Governador Roberto Silveira".

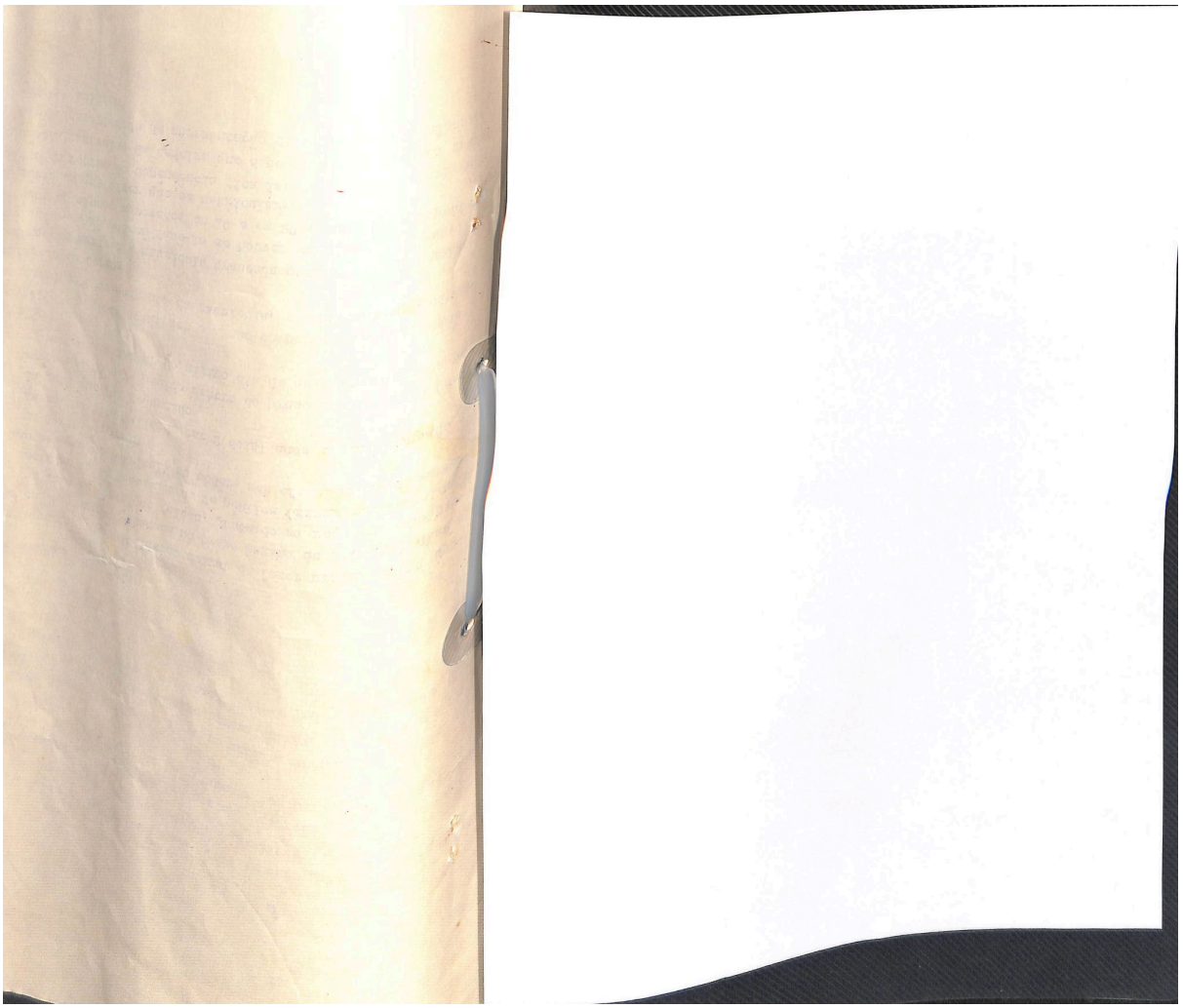
Art. 99º - O Curso de Pedagogia poderá realizar cursos de nível super
de curta duração, respeitada a legislação vigente.

Art.100º - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Con
gação ou pelo Conselho Departamental ou pelo Diretor com
o caso.

Art.101º - Este Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação p
Conselho Federal de Educação, prevalecendo até então o at
com as modificações e acréscimo imposto pela legislação v
te.

DELIBERAÇÕES DA CONGREGAÇÃO

a) O aluno que for impossibilitado deixar de fazer provas em 1º épo
ca, deverá requerer 2ª chamada no prazo maximo de 8 (oito) dias
contar da data da prova que faltou, juntando ao requerimento pro
va do impedimento em documento de fé pública (firma reconhecida
b) O trnacamento de matricula só poderá ser efetuado no decorrer
do ano letivo da mesma.
c) O trancamento terá validade por 2(dois) anos e será contado a
partir da data que for requerido.
d) O trancamento só será pedido dentro do prazo máximo de 6 (seis
mêses contandos a partir do ultimo dia de aula frequentada pe
lo aluno.
e) Decorrido o período acima sem o aluno comparecer a Faculdade /
e sem solicitar o trancamento da matrícula, estará automaticamen
te desligado do Curso.
f) O aluno que estiver a matrícula trancada quando desejar volta
rá matrículas-se só poderá fazê-lo se houver vaga, após a matríc
la de todos os alunos aprovados em 1º e em 2ª época e os dependen
tes da série em que tiver que se matrícular.
g) O aluno em regime de dependência fica isento da obrigatoriedade
de frequência nas aulas da cadeira que depender, não ficando isen
porém, da obrigatoriedade de apresentação de todos os trabalhos, /
provas, etc... exigido.



Aprovado pelo Parecer nº 198/65, de 16/12/65

36

1º Regimento

Parecer nº 198 de C.F.E.

Original

CURSO DE PEDAGOGIA

Regimento (I)

R E G I M E N T O

Título I - DO CURSO E SEUS FINS

Art. 1º - O Curso de Pedagogia do Instituto de Educação "Governador Roberto Silveira" é um curso de ensino superior, mantido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, previsto inicialmente no Dec.8.272 de 12/8/62m de criação do Instituto de Educação "Governador Roberto Silveira", autorizado a funcionar pelo [illegible] - R.J, homologado pelo [illegible] 23/4/66 do E[illegible] pelo Dec. 12[illegible] O. de 30/1/67 [illegible] deral pelo D[illegible] 70, como Cur[illegible] (Pedagogia), [illegible] seu Regimento [illegible]

Par[illegible] ções do Insti[illegible] a Rua Gen. M[illegible] xias -RJ.

Art[illegible]



1º Regimento do Curso de Pedagogia – 1970

(Alterado em 1973)

[illegible] professoras em Pedagogia e formar especialistas em Orientação Educacional, Administração Escolar, Supervisão Escolar, Inspeção Escolar;

b) Realizar pesquisas e experiências educacionais;

c) Dentro de sua área de competência, ministrar cursos de especialização, aperfeiçoamento, atualização, treinamento e extensão.

Art. 3º - O Curso de Pedagogia articular-se-á com os demais graus de ensino do Instituto de Educação "Governador Roberto Silveira", que é a Escola de Aplicação, e com instituições de ensino superior ou de natureza cultural, nacionais e estrangeiras em busca de colaboração necessária a consecução de seus objetivos.

Parágrafo Único - Atendendo o disposto na legislação vigente, o Curso de Pedagogia poderá ser incorporado a uma outra instituição que, sob administração comum, estadual ou federal se formar, mediante condições a serem estudadas na ocasião oportuna pela entidade mantenedora.

Aprovado pelo Parecer nº 198/65, de 16/12/65

36

1º Regimento

Parecer pelo 198 do C.F.E.

Original

CURSO DE PEDAGOGIA

REGIMENTO

Regimento (I)

Título I - DO CURSO E SEUS FINS

Art. 1º - O Curso de Pedagogia do Instituto de Educação "Governador Roberto Silveira" é um curso de ensino superior, mantido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, previsto inicialmente no Dec.8.272 de 12/6/62m de criação do Instituto de Educação "Governador Roberto Silveira", autorizado a funcionar pelo Parecer nº 198/65 do C.E.E. - R.J, homologado pelo Secretário de Educação em 4/3/66, publicado no D.O. de 23/4/66 do Estado do Rio de Janeiro, tendo sido criado posteriormente pelo Dec. 12875 de 28/1/67, como Faculdade de Educação, publicado no D.O. de 30/1/67 do Estado do Rio de Janeiro e reconhecido pelo Governo Federal pelo Dec. nº66552 de 11/5/70, publicado no D.O. da União de 12/5/70, como Curso Superior de Formação de Professores para o Ensino Normal (Pedagogia), tendo o C.E.E. pelo Parecer 603/73 aprovado alterações no seu Regimento e indicação de professores para comporem o Corpo Docente.

Parágrafo Único - funciona como unidade isolada nas instalações do Instituto de Educação "Governador Roberto Silveira", localizado a Rua Gen. Mitre nº 300, Jardim 25 de Agôsto, Município de Duque de Caxias -RJ.

Art. 2º - O Curso de Pedagogia tem as seguintes finalidades:

a) Graduar professoras em Pedagogia e formar especialistas em Orientação Educacional, Administração Escolar, Supervisão Escolar, Inspeção Escolar;
b) Realizar pesquisas e experiências educacionais;
c) Dentro de sua área de competência, ministrar cursos de especialização, aperfeiçoamento, atualização, treinamento e extensão.

Art. 3º - O Curso de Pedagogia articular-se-á com os demais graus de ensino do Instituto de Educação "Governador Roberto Silveira", que é a Escola de Aplicação, e com instituições de ensino superior ou de natureza cultural, nacionais e estrangeiras em busca de colaboração necessária a consecução de seus objetivos.

Parágrafo Único - Atendendo o disposto na legislação vigente, o Curso de Pedagogia poderá ser incorporado a uma outra instituição que, sob administração comum, estadual ou federal se formar, mediante condições a serem estudadas na ocasião oportuna pela entidade mantenedora.

CURSO DE PEDAGOGIA

Título II - DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA

Capítulo I - DA CONSTITUIÇÃO

Art. 4º - O Curso de Pedagogia funcionando no Instituto de Educação "Governador Roberto Silveira", subordinado à Secretaria de Educação do Governo do Estado do Rio De Janeiro, terá os seguintes orgãos administrativos e pedagógicos:

a) a Diretoria
b) a Congregação
c) o Conselho Departamental
d) os Departamentos
e) os Serviços Gerais

Capítulo II - DA DIRETORIA

Art. 5º - A Diretoria do Curso de Pedagogia é orgão executivo e controlador das atividades administrativas e docentes.

§ 1º - O Diretor do IEGRS será o Diretor do Curso de Pedagogia e nomeado ou designado pelo Governo do Estado.

§ 2º - Em suas faltas ou impedimentos eventuais o Diretor do Curso de Pedagogia será substituido pelo Vice-Diretor escolhido por ele entre os Professores em execício.

§ 3º - Haverá um Coordenador Pedagógico no Curso de Pedagogia, escolhido pelo Diretor dentre os nomes contidos em uma lista tríplice, elaborada pela Congregação, por um período de dois (2) anos, podendo ser o mesmo reindicado por igual período.

§ 4º - A destituição do Coordenador Pedagógico, de que trata o parágrafo anterior, poderá, por justa causa ser proposta pela Congregação.

Art. 6º - Compete ao Diretor:

a) Cumprir e fazer na esfera de suas atribuições, as leis determinações das autoridades competentes;

b) Convocar e presidir as reuniões da Congregação, do Conse - lho Departamental e outras;

c) Representar ou fazer representar o Curso de Pedagogia, interna e externamente;

d) Corresponder-se com as autoridades superiores de ensino e da Administração Pública em todos os assuntos que se refiram ao Curso de Pedagogia;

CURSO DE PEDAGOGIA

e) Promover a elaboração dos planos e orçamentos, para exame e aprovação dos orgãos competentes;

f) Exercer o poder disciplinar em todo o Curso de Pedagogia;

g) Praticar todos os atos referentes ao pessoal asministrativo e pedagógico, nos termos da legislação específica;

h) Administrar os bens e as finanças do Curso de Pedagogia, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias em nome do Curso;

i) Assinar diplomas, certificados e documentos escolares e administrativos;

j) Instituir comissões especiais, permanentes ou temporárias para o estudo de problemas específicos;

l) Baixar resoluções e portarias ou outros atos destinados a regular o funcionamento do Curso de Pedagogia em suas áreas técnico - pedagógicas e administrativas com o assessoramento do Conselho Departamental e ou da Congregação;

m) Apresentar relatórios das atividades do Curso de Pedagogia às autoridades competentes;

n) Receber e comprovar auxílios, subvenções e outros recursos destinados ao Curso de Pedagogia;

o) Encaminhar ao órgão competente, proposta de admissão, dispensa e afastamento do pessoal administrativo e docente, ouvindo o setor ou Departamento respectivo;

p) Aprovar o estatuto do Centro Acadêmico, sua reforma ou alteração ouvida a Congregação;

q) Aprovar a prestação de contas do Centro Acadêmico;

r) Exercer a Diretoria e administrar o Curso, respeitada a competencia dos Departamentos, do Conselho Departamental e da Congregação;

s) Cumprir e fazer cumprir as decisões da Congregação e providenciar a execução das decisões do Conselho Departamental;

t) Dar ciência aos corpos docente e administrativo, no ato da admissão e ao corpo discente no ato da matrícula, das disposições deste regimento;

u) Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento;

Art. 7º - Compete ao Vice-Diretor, substituir o Diretor conforme dispõe o parágrafo 2º do Art. 5º

Art. 8º - Compete ao Coordenador Pedagógico:

a) Elaborar com o Diretor, o Vice-Diretor e o Conselho Departamental, o plano global do Curso de Pedagogia, prevendo os objetivos gerais a serem atingidos em cada ano;

b) Motivar todos que trabalham no Curso de Pedagogia, para execução do plano global;

c) Supervisionar o desenvolvimento e execução do plano global atrav'es de reuniões periódicas com os Chefes de Departamentos;

d) Avaliar,periodicamente, o bom andamento dos trabalhos Pedagógicos, introduzindo com os Chefes dos Departamentos, no planejamento global as modificações necessárias;

e) Informa em reuniões da Congregação, os resultados do planejamento global;

f) Resolver ou procurar solução para quaisquer problemas de relacionamento humano por ventura criados entre os membros dos corpos docente e discente,juntamente com o Chefe do Departamento respectivo;

g) Elaborar em tempo hábil o relatório das atividades Pedagógicas que constarão do relatório geral do Curso de Pedagogia, a ser enviado pelo Diretor até o dia 30 de abril de cada ano ao setor competente da SEC-RJ;

h) Elaborar o horário de provas e exames.

Capítulo III - DA CONGREGAÇÃO

Art. 9º - A Congregação,órgão superior de deliberação administrativa tendo como presidente o Diretor, compõe-se de:

a) Professores em exercício;

b) Chefes de Departamentos;

c) Vice-Diretor;

d) Coordenador do Curso de Pedagogia;

e) Dirigente de Turno;

f) Representantes do corpo discente ressalvado o limite legal, escolhido pelos representantes dos alunos junto aos Departamentos e ao Conselho Departamental.

Art. 10º - São atribuições da Congregação:

a) Deliberar sobre assuntos administrativos e disciplinares do Curso;

b) Deliberar sobre a realização dos cursos de especialização , extensão, treinamento, etc;

c) Elaborar em escrutínio secreto a lista de nomes a ser apresentada ao Diretor do Instituto, para nomeação do Coordenador do Curso da Pedagogia;

d) Deliberar sobre a concessão de prêmios e distinções escolares;

e) Tomar conhecimento do Relatório Anual da Diretoria e da Coordenação, sobre o funcionamento e as atividades do Curso;

f) Apresentar solução para os casos omissos deste Regimento e as dúvidas que surgirem de sua aplicação;

CURSO DE PEDAGOGIA

g) Deliberar, em grau de recurso, todos os casos de sua preferência;

§ 1º - As representações ou recursos terão para julgamento o prazo máximo de 15 (quinze) dias da data da apresentação.

§ 2º - As decisões da Congregação que constituirem normas complementares do Regimento, receberão a forma de Resoluções, para os devidos fins.

Art. 11º - A Congregação, presidida pela Diretor, reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por ano nos primeiros dias de março e primeira quinzena de dezembro e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor.

§ 1º - A convocação dos Professores será por escrito, com antecedência mínima de quarenta e oito horas, salvo urgência manifesta, e dela constará a matéria da ordem do dia.

§ 2º - A Congregação deliberará validamente quando reunir a maioria absoluta de seus membros.

Art. 12º - As deliberações da Congregação serão tomadas por maioria de votos dos presentes.

§ 1º - As votações far-se-ão por escrutínio secreto, nominalmente ou por aclamação.

§ 2º - A votação será secreta quando se trata de caso pessoal de docente e sempre que for requerida por qualquer participante.

§ 3º - Nenhum membro da Congregação poderá votar assuntos de seu particular interesse.

§ 4º - O Diretor terá o voto de desempate.

Art. 13º - Além das ordinárias e das extraordinárias, a Congregação terá sessões solenes, que serão públicas e realizadas com qualquer número.

Art. 14º - De todas as ocorrências das sessões da Congregação, lavrar-se-ão atas que deverão ser lidas e submetidas à aprovação na sessão seguinte.

Capítulo IV - DO CONSELHO DEPARTAMENTAL

Art; 15º - O Conselho Departamental, órgão consultivo da Diretoria para o estudo e solução de questões pedagógicas e administrativas do Curso de Pedagogia, é constituido, sob a presidência do Diretor, pelo Vice-Diretor, pelo Dirigente de Turno, pelo Coordenador Pedagógico, pelos Chefes de Departamentos, Pelo Representante da Escola de Aplicação e por um representante do Corpo Discente, todos com direito a voz e ao voto;

Art. 16º - O Conselho Departamental reunir-se-á ordinariamente duas vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Diretor.

§ 1º - A convocação do Conselho será feita por escrito com antecedência de 48 horas em caso de sessão extraordinária.

§ 2º - Deverá constar no edital de convocação de cada sessão do Conselho, os assuntos a serem tratados.

§ 3º - Para o funcionamento de qualquer sessão do Conselho, será necessária a presença de mais da metade de seus membros.

§ 4º - A representação discente no Conselho poderá fazer-se acompanhar de outro aluno, sem direito a voto sempre que se tratar de interesse de determinado Curso ou Departamento.

§ 5º- A votação será secreta, quando se trata de casos pessoais de docentes ou quando o requerer qualque membro do Conselho.

§ 6º - O Diretor, como precidente do Conselho, terá voto de desempate.

§ 7º - O Secretário do Curso lavrará, em livro próprio, a ata das reuniões que será devidamente assinada por todos presentes.

Art. 17º - Compete ao Conselho Departamental:

a) Aprovar os professores indicados pelos Departamentos;

b) Dar parecer sobre representações de ordem disciplinar e deliberar em matéria pedagógica-administrativa;

c) Propor a realização de cursos de especialização, aperfeiçoamento, treinamento, extensão e outros, opinando pelos requisitos a serem exigidos dos canditatos;

d) Promover o entrosamento entre os Departamentos;

e) Opinar sobre questões relativas à matrícula, exames e trabalhos escolares;

f) Constituir comissões especiais de professores para o estudo de assuntos que interessam ao Curso de Pedagogia;

g) Sugerir nomes para Comissões examinadoras dos concursos vestibulares e demais exames;

h) Colaborar no planejamento global após ouvidos os Departamentos;

i) Estudar e propor à Congregação o Currículo de cada curso e ou qualquer modificação que se fizer necessária;

j) Elaborar o seu próprio regulamento, assim como aprovar os regulamentos dos Departamentos, setores e serviços que lhes estejam afetos;

l) Emitir parecer sobre assunto técnico que deva ser encaminhado à Congregação ou solicitado por esta, bem como opinar sobre a organização do Centro Acadêmico;

m) Coordenar os programas de ensino e pesquisas que envolvam diferentes Departamentos;

n) Estudar e opinar sobre os casos de transferências de alunos procedentes de outras escolas congêneres;

o) Aprovar as ementas das disciplinas do Curso de Pedagogia e propor reformulações sempre que isto se fizer necessário.

Capítulo V - DOS DEPARTAMENTOS

Art. 18º - Os Departamentos congregarão disciplinas afins e constituem a menor fração da estrutura escolar para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição.

§ 1º - Cada Departamento é chefiado por um professor eleito no mês de dezembro, pelos docentes em exercício no Departamento, preferencialmente dentre os titulares, por um período de 2 (dois) anos.

§ 2º - Em cada Departamento haverá um suplente, com igual mandato, que substituirá o chefe em suas faltas ou impedimentos.

§ 3º - São membros de cada Departamento, os professores das disciplinas que o compõe, mais um representante do corpo discente, todos com direito a voz e voto.

Art. 19º - Compete a cada Departamento:

a) Elaborar seus planos de trabalho, inclusive as ementas das disciplinas que o compõe.

b) Atribuir encargos de ensino aos docentes, segundo as especializações.

c) Ser órgão de coordenação pedagógica, sistematizando o ensino e a pesquisa das disciplinas que o integram.

d) Controlar a execução dos programas, propiciando os meios necessários.

e) Sugerir providências de ordem didática.

f) Propor a criação, ampliação, modificação ou extinção de disciplinas.

g) Propor, ao Diretor, ouvindo o Conselho Departamental, admissão, relotação ou afastamento de docentes.

h) Elaborar o regulamento que tratará de sua organização, finalidades, composição e direção.

§ Único - O regulamento de que trata a presente alínea, deverá ser submetido à aprovação do Condelho Departamental.

i) Indicar ao Conselho Departamental, nomes de professores para compor comissões.

j) Promover reuniões mensais ou semanais e estudos internos.

Capítulo VI - DOS SERVIÇOS AUXILIARES E DA SECRETARIA

SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20º - Os serviços administrativos do Curso serão executados de acordo com o disposto neste Regimento, por uma Dirigência de Turno e por uma Secretária diretamente subordinadas ap Diretor.

Art. 21º - O pessoal administrativo compreende os servidores estaduais efetivos e contratados.

Art. 22º - Caberá ao Diretor, ou quando designado, ao Vice-Diretor distribuir os servidores administrativos aos vários serviços.

Art. 23º - Aplicam-se ao pessoal administrativo, no que couber, as disposições contidas nos Estatutos dos Funcionários Públicos Civis do Estado ou outra legislação específica.

Seção II - DA DIRIGÊNCIA DE TURNO

Art. 24º - Compreenderá à Dirigência de Turno os seguintes serviços a ela subordinados:

1 - Serviço de ensino e material didático

2 - Serviço de biblioteca

3 - Serviços gerais

§ Único - A organização e o funcionamento dos serviços a que se refere o presente artigo e de outros que vierem a ser criados, serão regulamentados por portarias baixadas pelo Diretor observados os dispositivos regimentais e legais.

Art. 25º - O cargo de Dirigente de Turno será exercido por um professor designado pelo Diretor do Instituto, escolhido entre os membros do corpo docente.

Art. 26º Ao Dirigente de Turno, como representante do Diretor caberá:

a) Orientar, supervisionar e dirigir os trabalhos no turno pelo qual é responsável o zelando pelo perfeito cumprimento das atividades referentes ao funcionamento do Curso.

b) Receber, informar, encaminhar petições papéis e documentos, decidindo sobre os que lhe estão afetos;

c) Cumprir ou fazer cumprir as determinações relativas á política administrativa, pedagógica, de pessoal e patrimonial;

d) Dirigir a política disciplinardos discentes de suas esfera, dentro da orientação geral traçada para o Curso de Pedagogia;

e) Supervisionar os trabalhos administrativos do Curso de Pedagogia, encaminhando ao Diretor as ocorrências que transcedam às normas estabelecidas.

Seção III - DA SECRETARIA

Art. 27º - Compreenderá à Secretaria os seguintes serviços a ela subordinados:

1 - Serviços de expediente

2 - Serviços de arquivo

3 - E outros serviços que lhe estejam afetos

Art. 28º - A Secretaria do Curso funcionará todos os dias úteis de acordo com o calendário em vigor e dentro do horário estabelecido pela Diretoria.

§ 1º - Havendo urgência, acúmulo ou atrazo de serviço, os horários em vigor poderão ser prorrogados por deliberação do Diretor, Diretor - gente de Turno ou do Secretário.

§ 2º - A Secretaria permanecerá aberta, funcionando os seus serviços normalmente ou em regime de plantão enquanto se realizarem aulas, provas, exames, concursos ou sessões da Congregação ou do Conselho Departamental.

§ 3º - A organização e o funcionamento dos serviços a que se refere o presente artigo, e de outros que vierem a ser criados, serão regulamentados por portarias baixadas pelo Diretor, observados os dispositivos regimentais e legais.

Seção IV - DO SECRETÁRIO

Art. 29º - O cargo de Secretário do Curso de Pedagogia será exercido por funcionário portador de certificado de secretário expedido por entidade oficial ou especializada, registrado.

Art. 30º - O Secretário como auxiliar imediato do Diretor, será o chefe da Secretaria, competindo-lhe:

a) Convocar a Congregação e o Conselho Departamental, de ordem do Diretor, e comparecer às suas sessões, lavrando as respectivas atas, serviços estes que têm preferência sobre quaisquer outros.

b) Dirigir e fiscalizar os serviços dos funcionários administrativos.

c) Encarregar-se da correspondência que não for da exclusiva competência do Diretor ou Vice-Diretor, redigindo e expedindo toda correspondência.

d) Informar os documentos e processos destinados ao estudo e despacho do Diretor ou Vice-Diretor, do Conselho Departamental ou da Congregação.

e) Assinar com o Diretor os Diplomas expedidos pelo Curso.

f) Redigir, assinar e afixar ou publicar os editais, avisos, notas e portarias.

g) Cumprir e fazer cumprir ordens expedidas pelo Diretor.

h) Exercer as demais atribuições que forem conferidas pelo Diretor e Vice-Diretor ou Dirigente de Turno.

i) Guardar os livros sob sua responsabilidade, bem como toda e qualquer documentação referente à vida escolar do aluno.

§ Único - Nas suas faltas e impedimentos o Secretário será substituído por servidor para este fim designado, desde que devidamente habilitado.

Título III - DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

Capítulo I - DO CURSO DE PEDAGOGIA E DAS HABILITAÇÕES

Art. 31 - O curso de graduação em Pedagogia, com 160 vagas, na forma de legislação vigente, destina-se ao preparo de profissionais nas seguintes habilitações:

1- Ensino das disciplinas e atividades práticas dos cursos normais.
2- Orientação Educacional
3- Administração Escolar, para exercício nas escolas de 1º e 2º graus.
4- Supervisão Escolar, para exercício nas escolas de 1º e 2º graus.
5- Inspeção Escolar, para exercício nas escolas de 1º e 2º graus.
6- Administração Escolar, para o exercício nas escolas de 1º grau.
7- Supervisão Escolar, para o exercício nas escolas de 1º grau.
8- Inspeção Escolar, para o exercício nas escolas de 1º grau.

§ 1º - O curso estará aberto a candidatos que hajam concluido os estudos em nível de 2º grau ou equivalente e obtida classificação no concurso de Vestibular.

§ 2º - As habilitações mencionadas neste artigo serão oferecidas de acordo com as possibilidades do Instituto, contando, inicialmente, com a simultaneidade e número de vagas abaixo especificadas:

1- Habilitação para o ensino das disciplinas e atividades práticas dos cursos normais. 40 vagas
2- Habilitação para o ensino das disciplinas e atividades práticas dos cursos normais e Orientação Educacional simultaneamente. 40 vagas
3- Habilitação para o ensino das disciplinas e atividades práticas dos cursos normais e Supervisão Escolar, para o exercício nas escolas de 1º e 2º graus. 40 vagas
4- Habilitação para o ensino das disciplinas e atividades práticas dos cursos normais e Administração Escolar, para o exercício nas escolas de 1º e 2º graus. 40 vagas

§ 3º - Em caso de oferecimento das outras habilitações de que trata o presente artigo excluidas as mencionas no parágrafo anterior, os currículos deverão ser submetidas a aprovação do órgão competente.

Art. 32º - As 160 (cento e sessenta) vagas oferecidas serão distribuídas nas habilitações de que trata o § 2º do Art. 31º, respeitando-se rigorosamente as pré-opções e a classificação dos candidatos aprovados.

Art. 33º - O Curso de Pedagogia com suas diversas habilitações,

erá a duração e a carga horária exigida pela legislação em vigor, assim omo os estágios supervisionados correspondentes.

Art. 34º - O Curso de Pedagogia poderá realizar cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão, após a aprovação dos mesmos pelo rgão competente.

Capítulo II - DOS CURRÍCULOS

Art. 35º - O Curso de Pedagogia com as diversas habilitações mencionadas no Art. 31º, terá a duração mínima de 4 (quatro) anos, com carga orária e as seguintes matérias:

A) Currículo Básico comum:

DISCIPLINAS	HORAS/ATIV.	Nº DE SEMESTRES	TOTAL DE HORAS
ociologia Geral	60	1	60
ociologia da Educação	60	2	120
istória da Educação	60	2	120
ilosofia da Educação	60	2	120
idática I	60	1	60
idática II	60	1	60
idática III	60	1	60
sicologia da Educação I	60	2	120
sicologia da Educação II	60	2	120
ist. Educação Brasileira	30	1	30
		TOTAL GERAL DE HORAS:	870

B) Currículo Complememtar Comum:

DISCIPLINAS	HORAS/ATIV.	Nº DE SEMESTRES	TOTAL DE HORAS
ociologia Educacional	60	1	60
roblemas Brasileiros	60	1	60
temática	60	1	60
stat. Aplic. à Educação	60	2	120
omunic. em Lingua Portug.	30	2	60
esquisa Educacional	60	2	120
ecursos Audio-Visuais (AV)	30	1	30
edidas e Avaliação	60	1	60
rrículos e Programas	60	2	120
nâmica de Grupo	60	1	60
ducação Física	30	8	240
		TOTAL GERAL DE HORAS:	990

edidas e Avaliação para Orientação Educacional faz parte do Currículo rofissional obrigatório.

C) Currículo profissional Diversificado:

1- Habilitação para o Ensino das Disciplinas e atividades dos Cursos Normais.

DISCIPLINAS	HORAS/ATIV.	Nº DE SEMESTRES	TOTAL DE HORAS
tod. do Ens.de 1º grau I	60	1	60
tod. do Ens.de 1º grau II e III	90	2	180
trut.e Funcion. do Ensi- do 1º e 2º graus	60	2	120
tica do Ensino do 1º grau	60	1	60
tágio Supervisionado	60	3	180
	TOTAL GERAL DE HORAS		600

2- Habilitação em Orientação Educacional

DISCIPLINAS	HORAS/ATV.	Nº DE SEMESTRES	TOTAL DE HORAS
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus	60	2	120
Medidas e Avaliação	60	2	120
Princípios e Métodos de Orientação Educ. I	60	2	120
Princípios e Métodos de Orientação Educ. II	30	2	60
Princípios e Técnica de Entrevistas	45	1	45
Psicopatalogia	45	1	45
Orientação Vocacional	60	2	120
Técnicas de Exame Psicolog.	60	1	60
Estágio	60	2	120
		TOTAL GERAL DE HORAS	810

3 - Habilitação em Administração Escolar.

DISCIPLINAS	HORAS/ATV.	Nº DE SEMESTRES	TOTAL DE HORAS
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus	60	2	120
Princípios e Métodos de Administração	60	2	120
Legislação I e II	60	2	120
Administração Escolar	60	2	120
Estágio Supervisionado	60	2	120
		TOTAL GERAL DE HORAS	600

4 - Habilitação em Supervisão Escolar.

DISCIPLINAS	HORAS/ATV.	Nº DE SEMESTRES	TOTAL DE HORAS
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus	60	2	120
Princípios e Métodos de Supervisão Escolar	60	2	120
Supervisão Escolar	60	2	120
Estágio	60	2	120
		TOTAL GERAL DE HORAS	480

§ Único - É obrigatório, a cada duas habilitações, uma ser de Ensino das Disciplinas e Atividades Práticas de Curso Normal.

Art. 36º - O Curso de Pedagogia em 1 (uma) ou 2 (duas) habilitações, deverá ser concluido no mínimo de 4 (quatro) e no máximo de 7 (sete) anos.

Art. 37º - Tendo em vista o interesse futuro para implantação do sistema de créditos, os currículos serão ministrados por semestres.

Capítulo III - DA ESTRUTURA DEPARTAMENTAL

Art. 38º - As disciplinas dos currículos plenos das diversas habilitações do Curso de Pedagogia, adotado o critério de afinidades, ficam distribuidas nos seguintes Departamentos:

18

1- DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:

a) Sociologia Geral
b) Sociologia da Educação
c) Filosofia da Educação
d) História da Educação
e) Psicologia da Educação I - II - III
f) História da Educação Brasileira.

2- DEPARTAMENTO DE MÉTODOS E TÉCNICAS DA EDUCAÇÃO:

a) Didática I - II - III
b) Metodologia do Ensino de 1º grau I - II - III
c) Prática de Ensino
d) Estágio Supervisionado I - II
e) Recursos Audio-visuais (A.V.)

3 -DEPARTAMENTO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL:

a) Princípios e Métodos de Orientação Educacional I - II
b) Orientação Vocacional
c) Medidas e Avaliação
d) Psicopatologia
e) Princípios e Métodos de Entrevista
f) Estágio Supervisionado
g) Dinâmica de Grupo
h) Técnica de Exame Psicológico.

4- DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR:

a) Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus
b) Princípios e Métodos de Administração Escolar
c) Legislação I - II
d) Currículos e Programas
e) Estágio Supervisionado de Administração Escolar
f) Princípios e Métodos de Supervisão Escolar
g) Supervisão Escolar
h) Estágio Supervisionado de Supervisão Escolar
i) Administração Escolar

5- DEPARTAMENTO DAS CIÊNCIAS AUXILIARES DA EDUCAÇÃO:

a) Estatística Aplicada à Educação
b) Problemas Brasileiros
c) Pesquisa Educacional
d) Matemática
e) Comunicação em Língua Portuguesa
f) Biologia Educacional
g) Educação Física.

§ - Único - No interesse do ensino e conveniência técnico- administrativo do Curso de Pedagogia, o Conselho Departamental poderá criar novas disciplinas ou desdobrar as existentes, ou ainda reduzir ou extinguir, assim como, desdobrar os atuais Departamentos em novas sub-unidade

Título IV - DO REGIME ESCOLAR

Capítulo I - Do Calendário Escolar.

Art. 39 - O Ano Letivo, independente do ano civil será subdividido em 2 (dois) semestres ou períodos de igual duração e terá um mínimo de 180 (cento e oitenta) dias de trabalho escolar efetivo excluido o tempo reservado à exames, provas e férias.

§ 1º - O calendário escolar será anualmente aprovado pelo Conselho Departamental.

§ 2º - O curso será ministrado em horário noturno, excluindo parte dos Estágios Supervisionados.

Capítulo II - DO CONCURSO VESTIBULAR

Art. 40 - A matricula inicial no curso de graduação será precedida de Concurso Vestibular, adotado o critério de classificação e mais as seguintes normas:

a) - em época própria, será publicado o Edital mencionando o número de vagas, o período de inscrições, a data da realização das provas, o programa das disciplinas exigidas, dados sobre as habilitações oferecidas e informações necessárias ou exigências estabelecidas pelas autoridades competentes;

b) - O concurso constará de provas escritas na forma da legislação vigente;

c) - o candidato deverá apresentar para inscrição os seguintes documentos:

1 - requerimento dirigido ao Diretor
2 - fotocópia de documento de identidade
3 - 2 (dois) retratos 3 X 4
4 - comprovante de pagamento da taxa de inscrição.

§ 1º - No ato da inscrição o candidato optará pela lingua estrangeira (Inglês ou Francês) que deseja ser examinado, bem como, por uma das habilitações desejada (Orientação Educacional, Administração Escolar ou Supervisão Escolar), tendo em vista que a Habilitação Ensino das Disciplinas e Atividades Práticas do Curso Normal, é obrigatória.

§ 2º - Para organização das provas do Concurso Vestibular, haverá uma Comissão Especial, indicada pelo Conselho Departamental.

§ 3º - Todos os professores do Curso de Pedagogia, farão parte da Comissão de Aplicação e Correção das provas do Concurso Vestibular, podendo em caso de necessidade, serem convocados professores de outros cursos do Instituto.

§ 4º - As provas, identificadas ou não, deverão ser atribuídas notas de 0 (zero) a 10 (dez).

§ 5º - Terminadas as provas, os membros da Comissão, juntamente com o seu presidente, procederão a correção, a identificação das provas e a classificação dos candidatos por ordem decrescente das médias obtidas.

§ 6º - A nota 0 (zero) em qualquer das provas inabilita irremediavelmente o candidato.

§ 7º - Aos candidatos será dada ciência, através da fixação em local adequado do Instituto ou da Imprensa, do resultado final do Vestibular, dentro do prazo fixado pela Comissão de Aplicação e Correção das provas.

§ 8º - No caso do número de candidatos classificados ser inferior ao número de vagas, poderá ser realizado novo Vestibular para preenchimento das vagas excedentes, desde que assim o permita a autoridade competente.

§ 9º - Após o segundo vestibular, as vagas por acaso ainda existentes poderão ser preenchidas por portadores de diploma de curso superior, devidamente registrado, mediante parecer do Conselho Departamental.

§ 10º - Não será concedida revisão de provas ao vestibulando em qualquer hipótese.

§ 11º - O Vestibular poderá ser realizado em conjunto e unificado com outras instituições educacionais ou universitárias, nos termos da legislação vigente.

Art. 41º - A troca da opção da habilitação de que trata o § 1º do Artigo 40, só será permitida até os exames finais da 2ª série, ficando sua efetivação condicionada à existência de vaga na turma de habilitação desejada ou à permuta.

Capítulo III - DAS MATRÍCULAS

Art. 42º - O candidato classificado no Vestibular, requererá ao Diretor da Faculdade a sua matrícula inicial dentro do período fixado pela Secretaria, perdendo direito à matrícula se assim não proceder.

Art. 43º - No ato da matrícula o candidato apresentará a seguinte documentação, acompanhado de requerimento ao Diretor:

1 - Certidão de Nascimento ou Casamento.

2 - Fotocópia do Título de Eleitor.

3 - Ficha Modelo 19 ou equivalente em 2 (duas) vias (original com carimbo da Secretaria de Educação Estadual).

4 - Ficha Modelo 19 ou equivalente em 2 (duas) vias (original com carimbo da Secretaria de Educação Estadual).

CURSO DE PEDAGOGIA

4 - Ficha Modelo 19 ou equivalente em 2 (duas) vias (original com ca
mbo da Secretaria de Educação Estadual).

5 - Atestado de saúde passado por entidade oficial.

6 - Atestado de Vacina passado por entidade oficial.

7 - Fotocópia do Certificado de quitação com o serviço militar quan-
se tratar de candidato do sexo masculino.

§ Único - Será responsabilizado na forma da lei, o funcionário que
m ordem superior proceder a matrícula de qualquer candidato que não este
com a documentação completa.

Art. 44º - A renovação de matrícula será efetuada na data prevista /
la Sedretaria e o aluno deverá fazê-la através de requerimento ao Dire -
r acompanhado do comprovante de pagamento da Taxa de Caixa Escolar.

Art. 45º - O aluno reprovado até em duas disciplinas, poderá matri -
lar-se na série imediata, não cursando porém desta, no mesmo período, as
sciplinas que exigem como pré-requisito a aprovação nas disciplinas em
e foi reprovado na série anterior.

§ Único - A promoção e a graduação do aluno beneficiado por este ar-
go, ficarão condicionadas à aprovação nas disciplinas em dependência.

Art. 46º - Poderão matricular-se no Curso de Pedagogia, alunos porta
res de outros diplomas de licenciatura plena, mediante a complementação
estudos que alcancem mil e cem (1100) horas/aulas, ouvido o Conselho De
rtamental e desde que haja vagas.

Art. 47º - O aluno que tenha a sua matrícula trancada, só poderá rea
í-la no início do 1º semestre letivo seguinte ou dos 1º semestres leti-
s subsequentes, até o prazo mínimo permitido pela legislação em vigor.

Art. 48º - Dos candidatos à matrícula nos cursos de extensão, especia
zação, aperfeiçoamento, atualização e treinamento, exigir-se-ão os requi
tos necessários de acordo com a natureza do curso, obedecendo a legisla-
o vigente e as normas do Conselho Departamental.

Capítulo IV - DO TRANCAMENTO DE MATRÍCULA

Art. 49º - É lícito ao aluno que se encontre impossibilitado de fre-
entar o curso normalmente, requerer ao Diretor o trancamento de matrícula

§ Único - Neste caso fica assegurada ao mesmo a vaga que ocupava, po-
donovamente preenchê-la a qualquer época, desde que sejam satisfeitas
ém das exigências de prazos, todas as formalidades legais.

Art. 50º - O trancamento de matrícula só poderá ser requerido dentro
prazo máximo de seis meses, contados a partir do último dia que o aluno
equentou as aulas.

§ Único - Após o prazo acima decorrido sem ter o aluno requerido o
ancamento, será considerado desligado automaticamente do Curso por aban-
no.

CURSO DE PEDAGOGIA

Art. 51º - O trancamento
vo da mesma e terá validade

Art. 52º - Findo o prazo
er prorrogação de trancamento

§ 1º - Os casos de prorr
os da exigência do Artigo

§ 2º - A prorrogação de
erida ou renovada. vezes,
assar este limite.

§ 3º - A prorrogação de tr
ia de validade do trancamento
ir do dia imediato ao do

Art.53º - Desejando int
tor, desde que sejam sati

§ 1º - Os pedidos de a
no letivo do trancamento,
ossibilidades de atendim
59 e suas alíneas.

§ 2º - Fica isento de
ue requerer a anulação no

Capítulo V - DAS TRANS

Art. 54º - O Curso de
sferido de outro estabel
particular, desde que haj
e ouvido o Conselho Depa

§ 1º - O candidato à t
no letivo e apresentar a
sado com carga horária e
constantes do Art. 43.

§ 2º - Aceita a transf
ões convenientes a ca

§ 3º - Ao funcionário
a qualquer membro de sua
ita a transferência em qu
e não haja vaga, mas suje

§ 4º - Em qualquer épo
ola poderá expedir guia de
rso do interessado Declara
ola transferir.

CURSO DE PEDAGOGIA

Capítulo VI - DAS ATIVI...

Art. 55º - O ensino das d... de aulas teóricas e prát...cas, cas e materiais adequados à... (s).

§ 1º - As visitas e est...io... s similares ou não, com o in... das experiências dos alunos...

§ 2º - Os planos de ensino, disciplinas ficarão a cargo do... se os encargos pelos profess...

§ 3º - O horários das aulas escolar e atenderá sempre ... os professores e dos alunos... egais, a convivência freq...

Capítulo VII - DA APURAÇÃO

Art. 56º - Em cada semestre... na, 2 notas de aproveitament...

§ Único - Entende-se por no... notas atribuidas às provas e t...

Art. 57º - Será habilitado e... ovido à série subsequente, o al... ições:

a) Ter atingido no mínimo a ... em cada disciplina;

b) Ter realizado no mínimo 2... dina.

c) Ter obtido média 7 (sete)... l do semestre ou ano letivo.

Art. 58º - Irá a exame final...

a) Atingido a frequência mí... nada disciplina;

b) Média inferior a 7 (sete)... disciplina; nos trabalhos e pr... o letivo.

Art. 59º - Irá à 2ª época em...

a) Atingido a frequência mín...

b) Média inferior a 5 (cinc... ina, nos trabalhos e provas rea... .

CURSO DE PEDAGOGIA

Art. 60º - Em qualquer dos casos
rá exigido do aluno o mínimo de
ma.

Art. 61º - O aluno que for a pro
rovado, se a média aritmética en
otas dos trabalhos e provas reali
for igual ou superior a 5 (cinco)

Art. 62º - O aluno que não obtiv
fixada no artigo anterior, irá

Art. 63º - Nos casos de 2ª época
acordo com as disposições do Ar
ituída pela nota da 2ª época.

Art. 64º - As disposições dos A
dos supervisionados, deverão o es
otiver média final igual ou super
o letivo seguinte.

Art. 65º - Será considerado repr
fizer as exigências dos Artigos 5
Dependência.

Art. 66º - Só será permitida a
do Artigo 45º.

Art. 67º - É lícito ao aluno pedi
1 ou de 2ª época, no prazo máximo
edo.

Art. 68º - O aluno que pretender
stas à prova na presença do Secret
nda ao Chefe do Departamento da re
§ 1º - Deferida a petição, será
ipina, para que confirme ou modifi
§ 2º - Da decisão do professor,
o Conselho Departamental, cuja de
irrecorrível.

Capítulo VIII - DA CONCLUSÃO DOS

Art. 69º - Ao aluno que concluir
o diploma correspondente em, até 2 (
§ Único - Esse diploma, para prod
stando nos órgãos oficiais competen

Art. 70º - A colação de grau ch

55

CURSO DE PEDAGOGIA

ART. 71º - O aluno que concluir cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão, atualização e treinamento, fará jus ao respectvo certificado, quando satisfeitas as condições estabelecidas, assinado pelo Diretor e professores respectivos.

Título V - DO CORPO DOCENTE

Art. 72º - O pessoal docente de nível superior classificar-se-á pelas seguintes categorias:

a) Professor Titular

b) Professor Adjunto

c) Professor Assistente

§ ÚNICO - A distribuição do pessoal docente para as atividades de ensino e de pesquisas será feita pelos Departamentos, ouvidos o Diretor e o Conselho Departamental.

Art. 73º - A admissão de professores assistentes será feita de comum acordo entre o Diretor e o Departamento respectivo, pelo prazo de um ano, renováveis conforme a legislação em vigor

Art. 74º - A indicação de novos titulares ao setor competente, cabrá ao Diretor, ouvido o Conselho Departamental.

Art. 75º - O professor titular efetivo, em conformidade com a legislação em vigor, poderá afastar-se da função desde que continue a prestar assistência periódica e retorne no prazo legal.

Capítulo I - DOS DIREITOS

Art. 76º - O professor assistente, desde que haja possibilidades, poderá ser indicado ao órgão competente para titulação, após indicação do Conselho Departamental.

Art. 77º - Enquanto não for criado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, o quadro de professores do Ensino Superior, o professor do curso de Pedagogia etrá os mesmos direitos que os professores de 1º e 2º graus conforme o Estatuto do Magistério Estadual.

Capítulo II - DOS DEVERES E ATRIBUIÇÕES

Art. 78º - Os devores e atribuições do pessoal docente são os previstos na legislação vigente, incluindo-se, entre outros, os seguintes:

1 - Orientar, dirigir e executar o ensino de sua disciplina, de acordo com o melhor critério didático e ético, e a orientação do Departamento a que pertencer.

2 - Observar o regime escolar.

3 - Submeter os ax alunos aos trabalhos escolares previstos no programa do Departamento e neste Regimento.

4 - Verificar a freqüência dos alunos às aulas.

5 - Fornecer à Secretaria as notas dos trabalhos escolares, provas e exames, a freqüência dos alunos e a matéria lecionada, obedecendo os prazos

56

CURSO DE PEDAGOGIA

6 - Participar das reuniões dos
e pertencer ou for convocado.

7 - Participar de bancas examina
dado.

8 - Manter estreito entendimento
e procurando saná-las.

9 - Estimular e realizar estudos,
vem que concorram para o desenvolv
científico cultural.

10 - Lançar no Diário de Classe o

11 - Organizar os programas de en
-se à aprovação do Departamento

12 - Aprimorar-se intelectualmen
o, extensão, mestrado, etc.

Capítulo III - DAS PENALIDADES

Art. 79º - Os membros do corpo d
minar estabelecido na legislação v
das neste regimento.

Art. 80º - O professor será pass
cado deixar de cumprir 2/3 do pro
a seu cargo e deixar de comparece
rnadas de Congregação e ou do Dep

Art. 81º - Das penalidades impos
selho Departamental e deste para a

Título VI - DO CORPO DISCENTE

Capítulo I - DA CONSTITUIÇÃO

Art. 82º - Constitui o Corpo Discente do Curso de Pedagogia todos os
os regularmente matriculados.

Capítulo II - DA REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

Art. 83º - O Corpo Discente terá direito a voz e voto nos órgãos ad-
strativos pedagógicos do Curso de Pedagogia, bem como em Comissões ins
das na forma deste Regimento.

§ 1º - Para fins deste Artigo o Diretor convocará no mês de abril de
ano, as estudantes, que escolherão dois para cada Departamento).
ros nos diversos Departamentos (u
§ 2º - Os diversos representant
al eleitoral para a escolha de um
Conselho Departamental e outro

§ 3º - Só poderão ser representantes nos órgãos administrativos pedagógicos os estudantes que não tenham sofrido reprovação nem penalidade.

§ 4º - A representação estudantil terá por objetivo a cooperação entre administradores, professores e alunos, no trabalho universitário, dentro dos princípios educacionais.

Capítulo III - DO CENTRO ACADÊMICO

Art. 84º - O Centro Acadêmico é o órgão representativo do Corpo discente do Curso de Pedagogia.

§ Único - O Centro Acadêmico regulamentado pela legislação em vigor terá sempre seu planejamento, reestruturação, ou modificação, aprovados pelo Diretor do Curso de Pedagogia, obrigatoriamente.

Art. 85º - O Centro Acadêmico será regido por regulamento próprio devidamente aprovado.

Capítulo IV - DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 86º - Cabe ao Corpo Discente:

a) Diligenciar no aproveitamento máximo do ensino;

b) Frequentar os trabalhos escolares na forma deste Regimento;

c) Submeter-se às provas e trabalhos escolares previstos neste Regimento e outros que forem exigidos pelos professores.

d) Abster-se de atos que possam importar em pertubações da ordem, ofensas aos bons costumes, desrespeito aos professores, aos responsáveis pelo Curso de Pedagogia, a Diretoria, a Entidade Mantenedora e as Autoridades Constituidas;

e) Contribuir para o prestígio sempre crescente do Curso de Pedagogia.

f) Observar todas as disposições deste Regimento.

Art. 87º - É direito do Corpo Discente:

a) Receber ensino referente às habilitações em que se matricularam.

b) Ser atendido pelo pessoal docente em todas as suas solicitações de orientação pedagógica.

c) Fazer parte do Centro Acadêmico.

d) Apelar das penalidades impostas pelos órgãos administrativos-pedagógicos para os órgãos administrativos-pedagógicos hierarquicamente superiores.

e) Comparecer, quando convocado, esclarecimento, a Sessão da Congregação, do Conselho Departamental, da Diretoria ou do Departamento específico que tiver de julgar recursos sobre a aplicação de penas disciplinares que lhes houverem sido impostas.

Capítulo V - DA EXCLUSÃO

Art. 88º - Serão excluidos os alunos que:

1 - Solicitarem sua exclusão por escrito.

2 - [illegible] reprovadas 2 (duas) vêzes numa ou num conjunto de discip

38

CURSO DE PEDAGOGIA

3 - Praticarem atos que justifiquem a aplicação da alínea do Artigo 93.

4 - Forem reprovados em disciplinas que ultrapassem 1/10 (um décimo) do curso completo, quanto às horas prescritas de trabalho.

Título VII - DAS LICENÇAS E FALTAS

Art. 89º - As licenças e faltas do pessoal docente, técnico e administrativo serão permitidas de acordo com a legislação específica em vigor.

Título VIII - DO REGIME DISCIPLINAR

Capítulo I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 90º - Cabe a todos os membros dos corpos docente, técnico, discente e administrativo concorrer para a disciplina e harmonia do funcionamento do Curso de Pedagogia.

§ Único - As infrações disciplinares cometidas por professores, técnicos, alunos, funcionários ou empregados, capituladas em legislação própria, serão punidas na forma da lei.

Capítulo II - DO CORPO DOCENTE

Art. 91º - Os membros do Corpo Docente estão sujeito às penalidades do Estatuto do Magistério do Estado do Rio de Janeiro ou outra legislação específica em vigor.

Capítulo III - DO PESSOAL ADMINISTRATIVOS

Art. 92º - O pessoal do corpo administrativo estará sujeito ao regime disciplinar do Estatuto do Funcionário Público do Estado do Rio de Janeiro quando efetivo e por legislação específica quando contratado.

Capítulo IV - DO CORPO DISCENTE

Art. 93º Os membros do corpo discente ficarão sujeitos às seguintes penalidades disciplinares:

a) Advertência
b) Repreensão
c) Suspensão e
d) Eliminação

§ 1º - A penalidade especificada na alínea a será da competência do professor.

§ 2º - A penalidade especificada na alínea b será da competência do Chefe do Departamento e ou Dirigente de Turno, que receberá a denúncia formulada pelos Professores ou Administradores.

§ 3º - A penalidade de Suspensão até 30 (trinta) dias será da competência do Diretor ouvido o Conselho Departamental.

§ 4º - As penalidades de Suspensão por mais de 30 (trinta) dias e a de eliminação com transferência obrigatória serão de competência do Conselho Departamental, ouvida a Entidade Mantenedora.

CURSO DE PEDAGOGIA

Art. 94º - As penalidades
gurada ampla defesa do ac
mente superior, sendo a E
a disciplinar.

§ 1º - As penalidades co
cadas aos alunos que cometer

a) Desobediência às
dos membros do Corpo Docent

b) Perturbações da o

c) Danificação do

e ou da Escola de Aplica
rigida a indenização pelo

d) Ofensa a funci

e) Improbidade n

f) Pronunciament
o de Pedagogia.

§ 2º - Serão aplicadas
no artigo, conforme a gra

a) Reincidência

b) Prática de at
Curso de Pedagogia.

c) Ofensa ou agr
autoridades, funcionários

d) Prática de deli

e) Fazer proselit
agogia, atividades políti
ático.

§ 3º - Será eliminado o al
disciplinar no qual lhe seja

Título IX - DAS DISPOSIÇ

Art. 95º - Por proposta do
rtamental, O Curso de Pedagog
técnicos de reconhecida compe
ontos de sua área específica
e elever o padrão de ensino.

Art. 96º - As provas e ex
disciplina que terá total auto

Art. 97º - O horário de
ão Pedagógica, ouvidas as part
rio para conhecimento dos alun
a e oito)horas.

60

CURSO DE PEDAGOGIA

Art. 98º - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Congregação, pelo Conselho Departamental ou pelo Diretor conforme o caso.

Art. 99º - O presente Regimento entrará em vigor depois de aprovado pelo Orgão Oficial Competente, revogando o anterior.

§ 1º - Todos os dispositivos legais que vierem a ser criados e editados pelos poderes públicos competentes ficarão desde logo incorporados ao presente Regimento, revogado implicitamente tudo o que nele estiver em contradição.

§ 2º - Qualquer alteração posteriormente introduzida neste diploma legal, será de competência do Conselho Departamental, salvo as Deliberações da Congregação, e só terá vigência no ano letivo imediatamente subsequente cumprida a exigência quanto a sua aprovação.

CURSO DE PEDAGOGIA

61

I N D I C E

Título I DO CURSO E SEUS FINS . . . . . Pág. 1
Arts. 1º a 3º . . . . .
Título II - DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA
Capítulo I - DA CONSTITUIÇÃO . . . . . Pág. 2
Art. 4º . . . . . Pág. 2
Capítulo II - DA ASSEMBLÉIA . . . . . Pág. 3
Arts. 5º e 6º . . . . . Pág. 4
Arts. 7º e 8º . . . . . Pág. 5
Capítulo III - DA CONGREGAÇÃO . . . . . Pág. 5
Arts. 9º e 10º . . . . . Pág. 6
Arts. 11º a 14º . . . . . Pág. 7
Capítulo IV - DO CONSELHO DEPARTAMENTAL . . . . . Pág. 7
Arts. 15º e 16º . . . . . Pág. 8
Art. 17º . . . . . Pág. 8
Capítulo V - DOS DEPARTAMENTOS . . . . . Pág. 8
Arts. 18º e 19º . . . . . Pág. 9
Capítulo VI - DOS SERVIÇOS AUXILIARES E DA SECRETARIA . . . . . Pág. 10
Seção I - DISPOSIÇÕES GERAIS . . . . . Pág. 11
Art. 20º . . . . . Pág. 12
Arts. 21º a 23º . . . . . Pág. 12
Seção II - DA DIRIGÊNCIA DE TURNO . . . . . Pág. 14
Arts. 24º a 26º . . . . .
Seção III - DA SECRETARIA . . . . .
Arts. 27º a 28º . . . . .
Seção IV - DO SECRETÁRIO . . . . .
Arts. 29º e 30º . . . . .
Título III - DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA
Capítulo I - DO CURSO DE PEDAGOGIA E DAS HABILITAÇÕES
Arts. 31º a 33º . . . . .
Art. 34º . . . . .
Capítulo II - DOS CURRÍCULOS . . . . .
Art. 35º . . . . .
Arts. 36º e 37º . . . . .
Capítulo III - DA ESTRUTURA DEPARTAMENTAL . . . . .
Art. 38º . . . . .
Título IV - DO REGIME ESCOLAR
Capítulo I - DO CALENDÁRIO ESCOLAR . . . . .
Art. 39º . . . . .

62

CURSO DE PEDAGOGIA

Capítulo II - DO CONCURSO VESTIBULAR . . . . . Pág. 14
Art. 40º . . . . . Pág. 15
Art. 41º . . . . . Pág. 15
Capítulo III - DAS MATRÍCULAS
Arts. 42º e 43º. . . . . Pág. 16
Arts. 44º a 48º . . . . . Pág. 16
Capítulo IV - DO TRANCAMENTO DE MATRÍCULA
Arts. 49º a 50º . . . . . Pág. 17
Arts. 51º a 53º . . . . . Pág. 17
Capítulo V - DAS TRANSFERÊNCIAS
Art. 54º . . . . . Pág. 18
Capítulo VI - DAS ATIVIDADES DIDÁTICAS
Art. 55º . . . . . Pág. 18
Capítulo VII - DA APURAÇÃO DA APRENDIZAGEM
Arts. 56º a 59º . . . . . Pág. 19
Arts. 60º a 68º . . . . . Pág. 19
Capítulo VIII - DA CONCLUSÃO DOS CURSOS
Artº 69º e 70º . . . . . Pág. 20
Art. 71º . . . . . Pág. 20
Título V - DO CORPO DOCENTE
Arts. 72º a 75º . . . . . Pág. 20
Capítulo I - DOS DIREITOS
Arts. 76º e 77º . . . . . Pág. 20
Capítulo II - DOS DEVERES E ATRIBUIÇÕES
Art. 78º . . . . . Pág. 21
Capítulo III - DAS PENALIDADES
Arts. 79º a 81º . . . . . Pág. 21
Título VI - DO CORPO DISCENTE
Capítulo I - DA CONSTITUIÇÃO
Art. 82º . . . . . Pág. 21
Capítulo II - DA REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL
Art. 83º . . . . . Pág. 22
Capítulo III - DO CENTRO ACADÊMICO
Arts. 84º e 85º . . . . . Pág. 22
Capítulo IV - DOS DIREITOS E DEVERES
Arts. 86º e 87º . . . . . Pág. 22
Capítulo V - DA ESCLUSÃO
Art. 88º . . . . . Pág. 22
Título VIII - DAS LICENÇAS E FALTAS
Art. 89º 11

CURSO DE PEDAGOGIA

Título VIII - DO REGIME DISC... Pág. 22
Capítulo I - DAS DISPOSI... Pág. 22
Art. 90º ... Pág. 22
Capítulo II - DO CORPO D... Pág. 23
Art. 91º ... Pág. 23
Capítulo III - DO PESSOA... Pág. 23
Art. 92º ... Pág. 23
Capítulo IV - DO CORPO DI... Pág. 24
Art. 93º ... Pág. 24
Art. 94º ... Pág. 25
Título IX - DA DISPOSIÇÕES GER...
Arts. 95º a 97...
Arts. 98º e 99...

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDU
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

EMENTA

§ 1º - O Diretor do Ins
a será o Diretor do Curso
Estado - Nova redação.

§ 2º - Onde está em exerc
letra a) - Onde está em ex
-Não considerar
-Fica incluído
do com art.14 d

§ 1º - Onde está em exerc
- Nova redação
O Dirigente de turno é i
ão e designado pelo Diretor
da Secretaria e Educação e
- Este artigo fica transfor
ica com quatro parágrafos.
- As provas e exames (aprov
anda perante o professor da
preparação e execução.
§ 2º - Onde está escrito c
Leia-se após o parecer do C

CURSO DE PEDAGOGIA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO GOV. ROBERTO SILVEIRA

CURRÍCULO BÁSICO E COMPLEMENTAR - 1ª SÉRIE

CIPLINAS	Nº DE AULAS P/ SEMANA	DURAÇÃO	PERÍODOS OU SEMESTRES	TOTAL DE HORAS ATIVIDADES P/ANO	TIPO DE DISCIPLINA
logia Geral	4	1 semestre	1º ou 2º	60	básica
ória da Educação	4	2 semestres	1º e 2º	120	"
osofia da Educação	4	"	1º e 2º	120	"
dática I e II	4	"	1º e 2º	120	"
icologia da Educ. I	4	"	1º e 2º	120	"
icologia Educacional	4	1 semestre	1º ou 2º	60	complementar
Problemas Brasileiros	4	"	1º ou 2º	60	"
Matemática	4	"	1º ou 2º	60	"
Educação Física	2	2 semestres	1º e 2º	60	comp/ obrig.

TOTAL 780

Ano letivo de 30 semanas

Carga horária semanal: 26h (Incluindo Educação Física)

CURSO DE PEDAGOGIA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA

CURRÍCULO PLENO - HABILITAÇÃO - 2ª SÉRIE

	Nº de Aulas Semanais	Duração	Período Letivo	Total de Hs. Ativ. p/ Ano	Tipo de Disciplina	Pré-requisitos
Ed. Física	4	2 semestres	1º e 2º	120	básica	Sociol. Geral
Educação II	4	"	1º e 2º	120	"	Psic. Educ. I
Educação Brasileira	2	1 semestre	1º ou 2º	30	"	Hist. Educ.
ca XXI	4	"	1º	60	"	Did. I e II
as do 1º Grau I	4	"	2º	60	"	Did. I, II e III
Aplicada à Educ.	4	2 semestres	1º e 2º	120	complem.	Matemática
unic. em Língua Port.	2	"	1º e 2º	60	"	
squisa Educacional	4	"	1º e 2º	120	"	Estat. e Estág.
ecursos I e V	2	1 semestre	1º ou 2º	30	"	
Educação Física	2	2 semestres	1º e 2º	60	comp/obrig.	

TOTAL : 780

Ano letivo de 30 semanas

Carga horária semanais 26 h (incluindo Educação Física)

CURSO DE HABILITAÇÃO AO MAGISTÉRIO DE 2º GRAU GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA

CURRÍCULO COMPLEMENTAR: [illegible] - 3ª SÉRIE - MAGISTÉRIO

DISCIPLINAS	Nº de aulas p/ semana	DURAÇÃO	PERÍODO	TOTAL DE HS. ATIV. P/ ANO	TIPO DE DISCIPLINA	OBSERVAÇÕES
FUNDAMENTOS						
1º e 2º Graus	4	2 semest.	1º e 2º	120	Profissional	Disciplina da Habilitação no Ensi
Psicologia de 1º Grau						
II	6	2 semest.	1º e 2º	180	"	Metodologia I
Provas e Avaliação	4	2 semest.	1º e 2º	120	comple.	Estatística e Didáticas I, II e I
Prática de Ensino de 1º Grau	4	1 semest.	1º	60	profissional	
Educação Física	2	2 semest.	1º e 2º	60	c/ habil.	
Estágio Supervisionado	4	1 semest.	2º	60	profissional	(Prática de Ensino 1º Grau) (Didáticas e Metodologia

TOTAL 600

ANO LETIVO DE 30 SEMANAS

Carga horária semanal: 20 h (incluindo Educação Física)

CURSO DE PEDAGOGIA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA

CURRÍCULO PROFISSIONAL E COMPLEMENTAR - 4ª SÉRIE - MAGISTÉRIO

DISCIPLINAS	Nº de Aulas P/ Semana	Duração	Períodos ou Semestres	Total de Hs. Ativ. P/ Ano	Tipo de Disciplina	Pré-Requisito
Fundamentos e						
Programas	4	1 semest.	1º ou 2º	60	Complem.	Estrutura e Legislação
Dinâmica de Grupo	4	"	1º ou 2º	60	"	
Estágio Supervisionado II	4	2 semest.	1º e 2º	120	Profissional	Estágio Supervisionado
Educação Física	2	2 semest.	1º e 2º	60	c/obrig.	

TOTAL 300

Ano letivo de 30 semanas

Carga horária semanal: 10 h (incluindo Educação Física)

CURSO DE PEDAGOGIA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA

CURRÍCULO PROFISSIONAL E COMPLEMENTAR - 3ª SÉRIE - MAGISTÉRIO e ADMINISTRAÇÃO

Disciplinas	Nº de Aulas Semanais	Duração	Períodos ou Semestres	Total de hs. P/ Ano	Tipo de Disciplina	Pré-Requisito
Estr. e Func. do Ens. de 1º e 2º Graus	4	2 semest.	1º e 2º	120	profissional	História da Educ. no Brasil
Metodologia de 1º Grau II e III	6	2 semest.	1º e 2º	180	"	Metodologia I
Estatísticas	4	2 semest.	1º e 2º	120	complementar	Estatística e Didática I, II e III
Prática de Ensino de 1º Grau	4	1 semest.	1º	60	profissional	Fund. de Ensino no 1º Grau Didática Metodologia
Estágio Supervisionado I	4	1 semest.	2º	60	"	
Princípios e Métodos de Administração	4	2 semest.	1º e 2º	120	"	
Legislação I e II	4	2 semest.	1º e 2º	120	"	
Educação Física	2	2 semest.	1º e 2º	60	c/obrigatório	
			TOTAL	840		

28 aulas semanais (incluindo Educação Física)

Prática e Estágio - alguns horários durante o dia.

19

CURSO DE PEDAGOGIA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA

CURRÍCULO PROFISSIONAL E COMPLEMENTAR - 4ª SÉRIE - MAGISTÉRIO E ADMINISTRAÇÃO

Disciplinas	Nº de Aulas P/ Semana	Duração	Períodos ou Semestres	Total de hs. P/Ano	Tipo de Disciplina	Pré-requisito
...los e						
...mas	4	1 semestre	1º ou 2º	60	profissional	Estrutura e Legislação
...ica de						
)	4	"	1º ou 2º	60	complementar	
...gio Super-						
...onado II	4	1 semestre	1º e	60	profissional	Estágio Supervisionado I
...inistração						
...colar	4	"	1º e 2º	120	"	Princípios e Métodos de Administração Escolar
...tágio Supervi-						
...onado	4	"	1º e 2º	120	"	
...ducação Física	2	"	1º e 2º	60	c/obrigatoriedade	
			TOTAL	480		

Ano letivo de 30 semanas

Carga horária semanal: 16 h (incluindo Educação Física)

CURSO DE PEDAGOGIA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA

CURRÍCULO PROFISSIONAL E COMPLEMENTAR - 3ª SÉRIE - MAGISTÉRIO e ORIENTAÇÃO

CIPLINAS	Nº de Aulas Semanais	Duração	Períodos ou Semestres	Total de hs. P/ ano	Tipo de Disciplina	Pré-Requisito
tura e Funç. do de 1º e 2º Graus	4	2 semest.	1º e 2º	120	profissional	Hist. da Educ. no Brasil
dologia de 1º Grau II e XII	6	"	"	180	"	Metodologia I
[illegible]	4	"	"	120	"	Estatística e Didática I,II e XX
ática de Ensino 1º Grau (estágio)	4	1 semest.	1º	60	"	
stágio Supervi-sionado	4	"	2º	60	"	Prát. de Ensino no 1º grau Didática Metodologia
Princ. e Métodos de E I	4	2 semest.	1º e 2º	120	"	
Princ. e Téc. Entrevista	3	1 semest.	1º ou 2º	45	complementar	
Psicopatologia	3	1 semest.	1º ou 2º	45	"	
Educação Física	2	2 semest.	1º e 2º	60	obrigo	
			TOTAL	810		

27 aulas semanais (incluindo Educação Física)

Prática de Ensino - 2 horários diurnos

CURSO DE PEDAGOGIA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA

CURRÍCULO PROFESSIONA E COMPLEMENTAR - 4ª SÉRIE - MAGISTÉRIO e ORIENTAÇÃO

LINAS	Nº de Aulas P/ Semana	Duração	Períodos ou Semestres	Total de hs. Ativ. P/ Ano	Tipo de Disciplina	Pré-Requisito
)S						
MAS	4	1 semest.	1º ou 2º	60	complementar	Estrutura e Legislação
DE GRUPO	4	"	"	60	"	
SUPERVISIO.						
II	4	3 semest.	1º	60	profissional	Estágio Supervisionado I
VOCACIONAL	4	"	1º e 2º	120	"	
DE EXAME						
NÁTICO	4	1 semest.	1º ou 2º	60	complementar	
e Mét. de II	2	2 semest.	1º e 2º	60	profissional	Princ. e Mét. OE I
ágio	4	"	1º e 2º	120	"	
ucação Física	2	"	1º e 2º	60	c/ obrig.	

TOTAL 600 a. d

1 semestre com 24 aulas semanais

1 semestre com 26 aulas semanais

CURSO DE PEDAGOGIA DO ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA

CURRÍCULO PROFISSIONAL E COMPLEMENTAR - 3ª SÉRIE - MAGISTÉRIO E HABILITAÇÃO ESCOLAR

DISCIPLINAS	Nº de Aulas P/ Semana	Anual, S	Períodos em Semestres	Total de Hs. Atividade p/ ano	Natureza da Disciplina	Área de Registro
...o e Func. do ...						
...o 1º e 2º Graus	4	2 semest.	1º e 2º	120	profissional	História da Educação no Brasil
...dologia de ...						
...rau II e III	6	2 "	1º e 2º	180	"	Metodologia I
...idac	4	2 "	1º e 2º	120	complementar	Estatística e Didáti I, II e III
...ática de Ensino ... 1º Grau	4	1 semest.	1º	60	profissional	
...stágio Supervisio- ...nado	4	1 "	2º	60	"	Prática de Ensino 1º grau Didática Metodologia
Princ. e Mét. de Supervisão Escolar	4	2 semest.	1º e 2º	120	profissional	
Educação Física	2	1º e 2º	2 semest.	60	com obrigatoriedade	
			Total	720		

24 aulas semanais (incluindo Educação Física)

30 semanas

23

CURSO DE PEDAGOGIA DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO GOV. ROBERTO SILVEIRA

MAGISTÉRIO E SUPERVISÃO ESCOLAR

CURRÍCULO PROFISSIONAL E COMPLEMENTAR - 4ª SÉRIE

DISCIPLINAS	Nº DE AULAS SEMANAIS	DURAÇÃO	PERÍODOS OU SEMESTRES	TOTAL DE HORAS P/ANO	TIPO DE DISCIPLINA	PRÉ-REQUISITO
ÍCULOS E						
ER AS	4	1 SEMESTRE	1º ou 2º	60	Complementar	Estrutura e Legislação
ÁTICA DE						
UPO	4	1 "	1º ou 2º	60	"	
ESTÁGIO SUPER.						
VISIONADO II	4	1 SEMESTRE	1º	60	Profissional	Estágio Supervisionado I
SUPERVISÃO ESCOLAR	4	2 SEMESTRES	1º e 2º	120	Profissional	
ESTÁGIO SUPER. VISIONADO	4	2 SEMESTRES	1º e 2º	120	"	
EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2 SEMESTRES	1º e 2º	60	c/obrigatória	
		TOTAL		480		

ANO LETIVO DE 30 SEMANAS

CARGA HORÁRIA SEMANAL - 16 horas (incluindo Ed. Física)